



Orientadora: Profa. Dra. Cecília Machado Angileli
Orientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza



O IMPACTO DAS NARRATIVAS VISUAIS NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO URBANO E NO CONSUMO E PRODUÇÃO DAS CIDADES

HONG SHIN HUNG

Trabalho De Conclusão De Curso Apresentado Ao Instituto
Latino-Americano De Tecnologia, Infraestrutura E Território
Da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana,
Como Requisito Parcial À Obtenção Do Título De Bacharel
Em Arquitetura E Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Cecilia Machado Angileli
Co-Orientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza

Foz Do Iguaçu
2025



HONG SHIN HUNG

O IMPACTO DAS NARRATIVAS VISUAIS NA CONSTRUÇÃO DO
IMAGINÁRIO URBANO E NO CONSUMO E PRODUÇÃO DAS CIDADES

Trabalho De Conclusão De Curso Apresentado Ao Instituto
Latino-Americano De Tecnologia, Infraestrutura E Território
Da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana,
Como Requisito Parcial À Obtenção Do Título De Bacharel
Em Arquitetura E Urbanismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Cecilia Machado Angileli
UNILA

Co-Orientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza

Banca Interna Patricia Zandonade
UNILA

Banca Externa Fernando Carneiro Pires

Foz Do Iguaçu
2025

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Hong Shin Hung

Curso: Arquitetura e Urbanismo

Tipo de Documento:

graduação

artigo

especialização

trabalho de conclusão de curso

mestrado

monografia

doutorado

dissertação

tese

CD/DVD – obras audiovisuais

Título do trabalho acadêmico: “O impacto das narrativas visuais na construção do imaginário urbano e no consumo e produção das cidades”.

Nome do orientador(a): Profa. Dra. Cecília Machado Angileli

Co-Orientadora: Profa. Dra. Mariana Barbosa de Souza

Data da Defesa:

Licença não-exclusiva de distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

RESUMO

Esta pesquisa analisa de maneira crítica a influência das narrativas visuais na formação do imaginário urbano, contribuindo com formas de consumo da paisagem das cidades. Destaca para isso, o papel das lógicas de espetacularização e mercantilização na construção e seus impactos sociais, espaciais e culturais. Essa lógica impacta profundamente o tecido urbano, promovendo o processo de gentrificação, a exclusão de populações vulneráveis e a desigualdade no acesso aos recursos urbanos.

O imaginário urbano, formado por representações simbólicas e narrativas visuais, desempenha um papel central na forma como as cidades são concebidas, percebidas e vividas. Sob a lógica capitalista, esse imaginário é frequentemente utilizado como ferramenta estratégica para moldar as cidades de acordo com interesses econômicos e políticos, promovendo sua mercantilização. Além disso, a espetacularização da cidade frequentemente mascara os problemas ambientais e estruturais, criando um contraste entre cidade real e a cidade imaginada. Na era do capitalismo globalizado, as cidades são transformadas em cenários de consumo, onde a estética e o simbolismo se sobrepõem às necessidades funcionais e sociais. As narrativas visuais, amplamente difundidas por campanhas publicitárias, megaeventos e redes sociais, criam uma imagem idealizada e vendável das cidades. Esse processo reforça a ideia de que os espaços urbanos devem atender a investidores e turistas, ao invés de priorizar as comunidades locais.

Neste contexto, este trabalho propõe refletir e valorizar os novos imaginários, que sejam de fato uma expressão coletiva e democrática das cidades, em um desejo profundo de superar o projeto urbano, de paisagem e edificações como um mero instrumento de valorização econômica e exclusão social, contribuindo com reflexões sobre formas mais inclusivas de construção do imaginário urbano.

Palavras-chave: imaginário urbano; direito à cidade; cidade mercadoria; cultura urbana

RESUMÉN

Esta investigación analiza críticamente la influencia de las narrativas visuales en la configuración del imaginario urbano, contribuyendo así al consumo de paisajes urbanos. Destaca el papel de las lógicas de espectacularización y mercantilización en la construcción y sus impactos sociales, espaciales y culturales. Esta lógica impacta profundamente el tejido urbano, fomentando la gentrificación, la exclusión de poblaciones vulnerables y la desigualdad en el acceso a los recursos urbanos.

El imaginario urbano, compuesto de representaciones simbólicas y narrativas visuales, desempeña un papel central en la concepción, percepción y experiencia de las ciudades. Bajo la lógica capitalista, este imaginario se utiliza a menudo como herramienta estratégica para moldear las ciudades según intereses económicos y políticos, promoviendo su mercantilización. Esta lógica impacta profundamente el tejido urbano, fomentando la gentrificación, la exclusión de poblaciones vulnerables y la desigualdad en el acceso a los recursos urbanos. Además, la espectacularización de la ciudad a menudo enmascara problemas ambientales y estructurales, creando un contraste entre la ciudad real y la ciudad imaginada. En la era del capitalismo globalizado, las ciudades se transforman en paisajes de consumo, donde la estética y el simbolismo prevalecen sobre las necesidades funcionales y sociales. Las narrativas visuales, ampliamente difundidas a través de campañas publicitarias, megaeventos y redes sociales, crean una imagen idealizada y comercializable de las ciudades. Este proceso refuerza la idea de que los espacios urbanos deben servir a los inversores y turistas, en lugar de priorizar a las comunidades locales.

En este contexto, este trabajo propone construir nuevos imaginarios, que sean de hecho una expresión colectiva y democrática de las ciudades, en una profunda voluntad de superar el proyecto urbano, paisajístico y edificatorio como mero instrumento de valorización económica y de exclusión social, contribuyendo con reflexiones sobre formas más inclusivas de construcción del imaginario urbano.

Palabras-clave: imaginario urbano, derecho a la ciudad, ciudad mercancía, cultura urbana

ABSTRACT

This research critically analyzes the influence of visual narratives in shaping the urban imaginary, contributing to the consumption of urban landscapes. It highlights the role of the logics of spectacularization and commodification in construction and their social, spatial, and cultural impacts. This logic profoundly impacts the urban fabric, fostering gentrification, the exclusion of vulnerable populations, and unequal access to urban resources.

The urban imaginary, comprised of symbolic representations and visual narratives, plays a central role in how cities are conceived, perceived, and experienced. Under capitalist logic, this imaginary is often used as a strategic tool to shape cities according to economic and political interests, promoting their commodification. This logic profoundly impacts the urban fabric, fostering gentrification, the exclusion of vulnerable populations, and unequal access to urban resources. Furthermore, the spectacularization of the city often masks environmental and structural problems, creating a contrast between the real city and the imagined city. In the era of globalized capitalism, cities are transformed into consumer landscapes, where aesthetics and symbolism supersede functional and social needs. Visual narratives, widely disseminated through advertising campaigns, mega-events, and social media, create an idealized and marketable image of cities. This process reinforces the idea that urban spaces should serve investors and tourists, rather than prioritizing local communities.

In this context, this work proposes to build new imaginaries, which represent a collective and democratic expression of cities, in a profound desire to overcome the urban, landscape and building project as a mere instrument of economic valorization and social exclusion, contributing with reflections on more inclusive forms of construction of the urban imaginary.

Keywords: urban imaginary; right to the city; city as commodity; urban culture.

"A infância é o chão que pisamos pelo resto da vida". Nascido e criado no interior e atualmente morando na zona rural, durante a infância construí a ideia de cidade ideal através do consumo de filmes, desenhos e programas de televisão aberta a qual eram uma das principais fontes de entretenimento entre meus irmãos na realidade simples em que vivíamos. Me tornei um fã do universo de super-heróis, sobretudo do Batman e Homem-aranha e séries norte-americanas, cujo cenários principais e protagonista das histórias é a cidade. Enquanto criança, a dita "cidade grande" era projetada como um lugar de oportunidades, entretenimento e progresso social, onde tudo acontecia e desta forma cresci ludibriado por essa ideia de cidade.

Desconstruir a ideia referencial do modelo ideal de cidade foi um processo que me alcançou durante o curso de arquitetura e urbanismo e através de vivências reais e críticas. Envoltos num cenário controverso em que as atrações da minha cidade eram verdadeiros produtos para turistas e grandes investidores, mas não para mim, esses espaços não me acolhiam, distantes, caros e sem identidade, eu não cabia ali.

TRAJETO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A partir da revisão de conceitos e fundamentos, estabelece-se uma linha da construção da imagem da cidade através de simbologias narrativas visuais e midiáticas e a implementação de estruturas e modelos hegemônicos de cidade.

A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO URBANO

MOTIVAÇÃO

ESCOLHA DO TEMA

A escolha do tema se deu através da experiência pessoal da desconstrução do imaginário urbano e o pensamento crítico atrelado às discussões no curso de Arquitetura e Urbanismo.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Com a definição do tema, inicia-se os estudos de textos e conceitos que incorporam-se a discussão da problemática; como direito à cidade, cidade vitrine, cidade do espetáculo, cidade mercadoria e conflitos urbano no território.

PROBLEMA

O fomento das imagens e modelos hegemônicos de cidade incorporadas no planejamento, cria desigualdades e conflitos urbanos que afetam diretamente a sociedade

ESTUDOS DE CASO

Os estudos de caso que exemplificam dois exemplos da cidade vitrine é a cidade de São Paulo enquanto pólo econômico e referencial para imigração e o município de Foz do Iguaçu, como um exemplo das problemáticas urbanas no contexto fronteiriço

Por fim, a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma perspectiva urbana crítica, que entende o espaço como produto social e político, e o imaginário urbano como campo de disputa. Ao evidenciar as contradições entre a cidade projetada para o olhar externo e a cidade vivida por seus habitantes, o trabalho propõe uma reflexão sobre a necessidade de repensar o planejamento urbano à luz da diversidade cultural, da justiça espacial e da pluralidade de formas de habitar o território.

SUMÁRIO

Introdução.....	15
Objetivos.....	18
Metologia.....	19
Capítulo 1	21
A Construção simbólica da cidade	23
São Paulo enquanto protagonista.....	36
Raízes históricas da desigualdade.....	45
Capítulo 2.....	63
Narrativas do interior fronteiriço: paisagem e consumo.....	65
A retomada da cidade enquanto espaço de vida.....	83
Movimentos de cultura urbana.....	89
Rimando o espaço urbano: cultura marginal como produção da cidade.....	97
Coletivo Mangará: caminhos de um coletivo cultural diverso em Foz do Iguaçu.....	99
Slam de La Frontera: poesia, resistência e pertencimento comunitário.....	103
Considerações finais.....	108
Referências bibliográficas.....	110

INTRO DUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, as cidades não são apenas espaços de moradia e circulação, mas também produtos culturais intensamente mediados por imagens. A forma como as cidades são representadas constrói narrativas visuais que influenciam o modo como os sujeitos percebem, desejam e consomem o espaço urbano. Esses discursos visuais moldam o imaginário coletivo sobre o que significa “viver bem”, “estar no centro” ou “ter acesso à cidade”, transformando o urbano em objeto de fetichização, distinção social e exclusão.

As narrativas visuais urbanas são produzidas tanto por agentes estatais quanto privados, e operam como estratégias de marketing territorial. Cidades como Nova Iorque, Las Vegas, Los Angeles, Dubai e São Paulo são frequentemente promovidas por meio de imagens que exaltam sua modernidade, diversidade, dinamismo e potencial de consumo. Esse processo reforça o que Guy Debord (1997) chamou de “sociedade do espetáculo”, onde a imagem não apenas representa a realidade, mas passa a substituí-la.

A cidade, nesse sentido, torna-se vitrine, palco e produto. As narrativas visuais também operam seletivamente, apagando memórias, culturas e corpos que não se encaixam no projeto de cidade desejado. O consumo da cidade, assim, é também o consumo de um modo de vida idealizado, que reforça distinções sociais e simbólicas.

OBJETIVO

Este estudo tem como objetivo analisar como as narrativas visuais e simbólicas moldam o imaginário urbano contemporâneo, destacando o papel das lógicas de espetacularização e mercantilização na construção, transformação e consumo das cidades, bem como seus impactos sociais, espaciais e culturais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Já os objetivos específicos são organizados de forma a orientar e construir a metodologia de pesquisa, visando alcançar o que se propõe como objetivo geral da mesma. Assim, temos:

- 01 Examinar os conceitos de "cidade do espetáculo" e "cidade mercadoria" e suas interconexões;
- 02 Identificar e analisar exemplos de cidades que exemplificam essa transição ou coexistência entre espetáculo e mercadoria;
- 03 Avaliar os impactos dessas dinâmicas sobre comunidades locais, gentrificação, exclusão social e resiliência urbana;
- 04 Refletir sobre alternativas para um imaginário urbano mais inclusivo e democrático, que respeite as necessidades da população local.

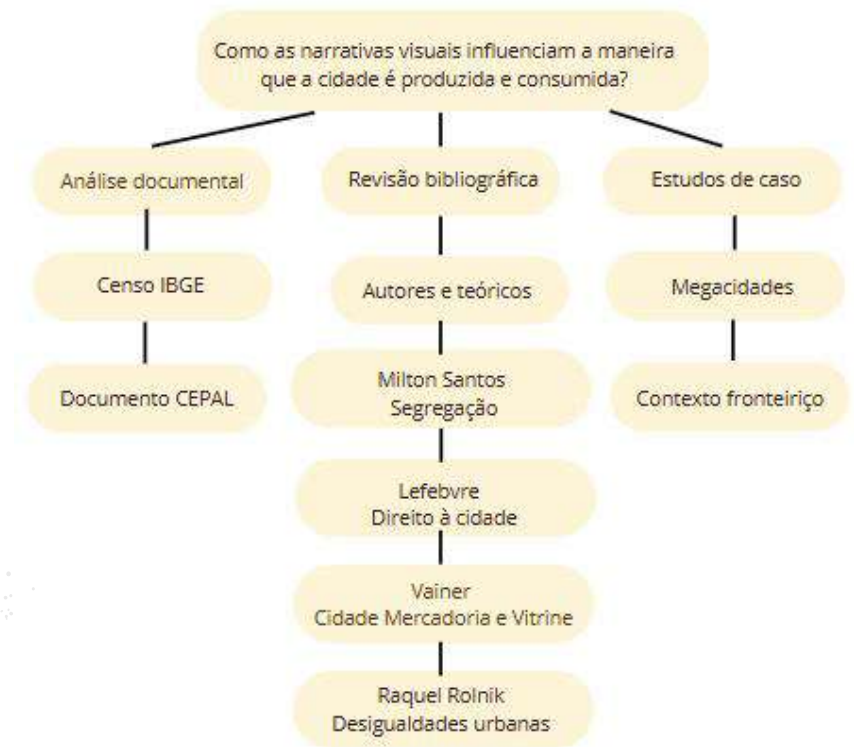
METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar para investigar os impactos das narrativas visuais na construção e consumo das cidades. Fundamentada nos aportes teóricos do planejamento, da sociologia urbana e dos estudos decoloniais, a metodologia articula análise documental, revisão bibliográfica e estudo de casos para compreender como a espetacularização e mercantilização do espaço urbano influenciam a produção do imaginário urbano e a apropriação dos territórios.

A primeira etapa da pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica dos principais autores que discutem a relação entre urbanização, mercantilização da cidade e narrativas visuais. Nesse sentido, as reflexões de Henri Lefebvre (1968) sobre o direito à cidade são essenciais para compreender como a produção do espaço urbano deve ser um processo coletivo, em oposição à apropriação do território pelo capital. A crítica sobre a financeirização das cidades e a análise sobre o neoliberalismo urbano são fundamentais para entender a lógica da cidade mercadoria, na qual o espaço é tratado como ativo econômico, reforçando desigualdades e exclusões. Além disso, os estudos sobre cidade vitrine e espetacularização do espaço, presentes nos trabalhos de Carlos Vainer (2013), auxiliam na compreensão de como determinados territórios são promovidos e transformados para atrair investimentos e turismo, muitas vezes em detrimento da população local.

Em paralelo, a pesquisa também dialoga com os conceitos de colonialidade do poder, formulados por Aníbal Quijano (2000) e aprofundados por Edgardo Lander (2005), para analisar como os modelos urbanos idealizados seguem padrões eurocêntricos de planejamento e consumo da cidade. A abordagem da CEPAL (2017) sobre a urbanização na América Latina serve como base para refletir sobre os impactos desse modelo nas cidades da região, especialmente no que se refere à segregação socioespacial e à gentrificação

Figura 1 – Organograma da metodologia adotada no estudo, ilustrando as etapas principais e o fluxo de trabalho.





A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DA CIDADE

Após a revolução industrial, o mundo se tornava globalizado e extremamente dependente das imagens como produção total da realidade. Para o filósofo francês Guy Debord (Debord, 1997, p. 14), após o advento da indústria cultural há uma dominação geral quase que ideológica por meio do controle das imagens, aquilo que era reproduzido nas mídias e comunicação serviria como ferramenta de controle das pessoas.

O contexto se dá no alto desenvolvimento do capitalismo, a qual havia uma intensa dominação midiática tornando-se complexa no século XX após a Segunda Guerra Mundial; como exemplo do uso de propagandas nos regimes totalitários como o Stalinismo na União Soviética e o Nazismo na Alemanha, havia uma forte utilização de técnicas midiáticas, tecnologias de informação e comunicação utilizadas na época para o controle.

Segundo Debord, o que irá impulsionar essa ramificação para o mundo é o advento da indústria cultural que foi teorizado Theodor Adorno e Max Horkheimer, compreendendo que a produção cultural e artística se tornou um produto do capitalismo que é produzida em escala industrial e distribuída através de técnicas de reprodutividade, sendo distribuído e vendido como produto.

A perda da autenticidade da obra de arte, transformando em produto, acaba por criar uma fusão entre a mídia e o fazer artístico, a qual a mídia encontra uma espécie de negócio. Se antes, até o século XIX, a mídia se detinha apenas ao noticiário, a mídia então passa a estar presente, a partir do século XX, no cinema, na produção musical e outros meios de formas de fazer artístico encontrando uma possibilidade de lucro. Além disso, esbarramos na questão ideológica, como forma de vender outros produtos além da obra de arte.

O livro de Debord "A Sociedade do Espetáculo" auxilia na compreensão de como o imaginário urbano é moldado por representações visuais que atendem aos interesses do capital, alienando as populações locais e transformando a cidade em um produto consumível. As cidades contemporâneas são reconfiguradas para servir aos interesses do capital global, funcionando como mercadorias a serem vendidas e consumidas.

Esse processo transforma a cidade em um produto voltado para atrair investimentos, turismo e eventos internacionais. A cidade é transformada em um espetáculo, projetada para ser vista e consumida.

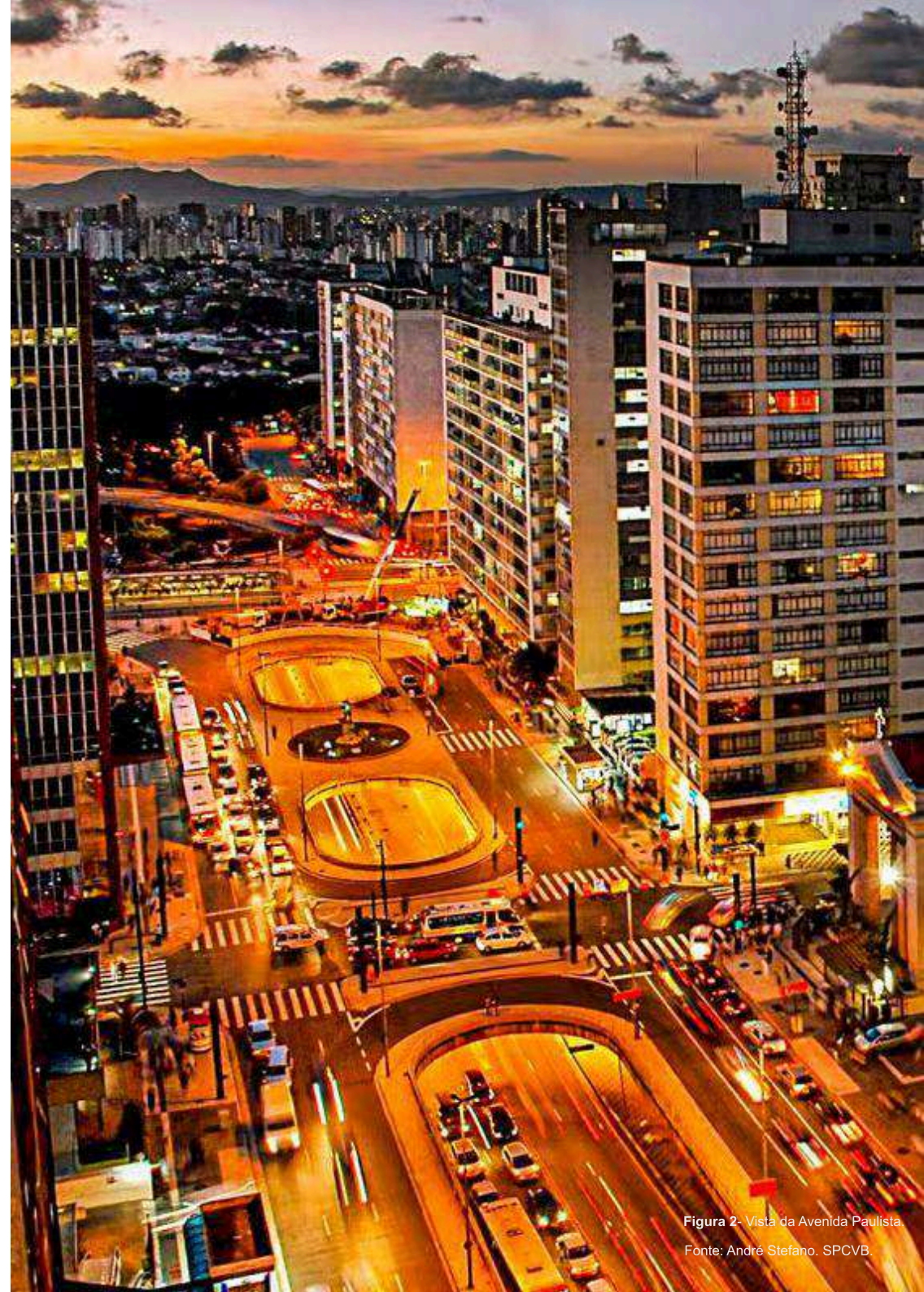


Figura 2- Vista da Avenida Paulista.
Fonte: André Stefano. SPCVB.

A cidade, para além de sua materialidade física e funcional, é também um espaço de produção simbólica. Ela não é apenas um conjunto de edificações, ruas e infraestruturas, mas uma construção social carregada de significados, memórias, narrativas e representações. Esse conjunto simbólico, molda a forma como as pessoas percebem, se relacionam e consomem o espaço urbano. Nesse sentido, compreender a cidade requer ultrapassar as dimensões técnico-rationais do urbanismo e adentrar o campo da cultura, da comunicação e das disputas simbólicas.

O conceito de imaginário urbano refere-se justamente a esse repertório de imagens, expectativas e sentidos compartilhados sobre a cidade. Trata-se de uma construção social, histórica e política que envolve tanto os desejos quanto os medos coletivos, os ideais de progresso, modernidade ou tradição, e que orienta a maneira como os sujeitos se apropriam dos espaços e constroem suas identidades urbanas.

Como destaca Lefebvre (2001), o espaço urbano é um produto social, e sua leitura simbólica revela as formas como o poder e a cultura se expressam no território.

A cidade é construída tanto por muros quanto por metáforas. A qual o imaginário urbano é um campo em permanente transformação, que revela os conflitos, as estratégias e os desejos de quem disputa o direito de existir, habitar e narrar o espaço urbano por diferentes grupos. Compreender a cidade como construção simbólica é fundamental para reconhecer que ela não é apenas um cenário, mas também um enunciado — um território de significados, afetos e disputas.

As mídias e filmes não apenas refletem a realidade das cidades, mas também a moldam ativamente, criando narrativas que influenciam a percepção das pessoas sobre os espaços urbanos. O imaginário urbano coletivo é formado por essas representações culturais e, ao mesmo tempo, elas afetam a forma como as pessoas consomem a cidade e interagem com ela. A cidade, portanto, é constantemente construída e reconstruída, não apenas no plano físico, mas também no simbólico, por meio da mídia e da arte.

Figura 3 – Campanha turística do Rio de Janeiro com o slogan “Vem que é muuuito maneiro”.



Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO. Publicação no Twitter, 2018. Disponível em: <https://x.com/MTurismo/status/950917263129042945?lang=bg>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Figura 4 – Print do site oficial “Visite São Paulo Convention & Visitors Bureau”, mostrando imagem da cidade e slogan “Tudo sobre a cidade que é tudo de bom!”



Fonte: VISITE SÃO PAULO Convention & Visitors Bureau. Disponível em: <https://www.visitesaopaulo.com/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

As representações de megacidades em diversas mídias, como filmes, séries e propagandas, desempenham um papel importante na construção do imaginário urbano coletivo, moldando as percepções, expectativas e aspirações. Essa influência pode vir através da estética a qual essas produções frequentemente apresentam megacidades com uma estética promissora, desenvolvida tecnologicamente, repleta de edifícios altos, espaços luminosos e estruturas urbanas avançadas como meio de transportes, espaços de lazer e cultura. Esses cenários urbanos podem ser apresentados como símbolos do potencial econômico e tecnológico da cidade, servindo como vitrine.

As megacidades são caracterizadas por concentrar poder econômico, inovação e diversidade cultural. No entanto, por trás da grandiosidade e do dinamismo das metrópoles, há uma série de problemáticas urbanas que refletem a tensão entre a espetacularização do espaço urbano e as desigualdades estruturais. Esses territórios são profundamente influenciados, onde a construção de um imaginário urbano atrativo para investidores, turistas e elites econômicas se sobrepõe à garantia do direito à cidade para todos os seus habitantes.

O conceito de cidade vitrine se manifesta nessas megacidades por meio da valorização de áreas icônicas e da transformação do espaço urbano em um cenário de consumo e status. A exemplo de representações de centros urbanos globais que são reforçados nas mídias, são a cidade de Los Angeles e Nova Iorque. Em Nova Iorque, bairros como Manhattan são projetados para reforçar uma imagem de modernidade, luxo e poder financeiro, enquanto outras regiões enfrentam desigualdades históricas e processos de gentrificação; o aumento de custo de moradia devido ao investimento de fundos imobiliários, resultando no deslocamento de comunidades.

A estética urbana que se consagra nas produções audiovisuais — de cidades iluminadas, tecnológicas, verticais e cosmopolitas — não é apenas uma expressão neutra de futuro, mas carrega em si a herança de um projeto de cidade ideal baseado em paradigmas eurocentrados e capitalistas. Esse projeto reforça o que a teoria decolonial chama de colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2005), em que certos modelos urbanos são naturalizados como desejáveis, universais e superiores, enquanto outras formas de viver a cidade são invisibilizadas, desqualificadas ou transformadas em “problemas sociais”.

O uso dos termos “modernidade”, “progresso” e “desenvolvimento” nas narrativas urbanas está intrinsecamente ligado ao legado colonial. Como argumenta Edgardo Lander (2005), a modernidade ocidental produziu uma epistemologia que marginaliza saberes não ocidentais, impondo um único caminho para o desenvolvimento: aquele que segue os moldes do Norte Global. Assim, quando cidades como Nova Iorque, Los Angeles, Tóquio ou Dubai são representadas como o ápice da vida urbana, não se trata apenas de uma exaltação tecnológica ou estética, mas da reafirmação de um modelo hegemônico que naturaliza a exclusão de outros modos de urbanidade — como os encontrados em muitas cidades latino-americanas.

Essa colonialidade também opera ao esvaziar o debate sobre desigualdade, uma vez que o imaginário da cidade vitrine, ao focar nas áreas nobres, apagadas das problemáticas urbanas reais, mascara os efeitos do racismo estrutural, da gentrificação e da segregação socioespacial. Em Los Angeles, por exemplo, o imaginário de cidade do cinema convive com uma realidade de milhares de pessoas em situação de rua; em Nova Iorque, o discurso do luxo e da inovação convive com a expulsão silenciosa de populações negras e latinas de bairros historicamente comunitários.

Ao reforçar uma visão linear de progresso, onde todo espaço urbano deve evoluir para se tornar uma “cidade global”, essas narrativas ignoram as especificidades culturais, históricas e sociais dos territórios e impõem um modelo de cidade como produto a ser consumido. Trata-se de uma cidade pensada para ser admirada e vendida, e não necessariamente para ser vivida por todos.

Portanto, refletir sobre a colonialidade dos discursos urbanos e midiáticos é importante ao que se refere o direito à cidade. É necessário romper com a lógica do espetáculo que transforma o urbano em vitrine e retomar o espaço como lugar de múltiplos pertencimentos, memórias, resistências e formas legítimas de viver. Somente assim será possível construir cidades realmente inclusivas, plurais e emancipatórias, que desafiem o modelo hegemônico e abram caminho para outras formas de urbanidade — não menos modernas, mas diferentes, ancoradas na justiça social e na dignidade coletiva.

No caso do Brasil, São Paulo é o exemplo mais emblemático, regiões como a Avenida Paulista e a Faria Lima são promovidas como símbolos de desenvolvimento e progresso, enquanto outras regiões são invisibilizadas ou tratadas como espaços à margem da cidade idealizada a qual possui um fluxo migratório intenso devido a promessa de ascensão e progresso.

Paralelamente, essas cidades operam sob a lógica da cidade mercadoria, onde o espaço urbano se torna um bem a ser comercializado e apropriado pelo capital. A especulação imobiliária e a financeirização da moradia intensificam a exclusão social, tornando o acesso à habitação uma mercadoria de luxo. São Paulo, com sua verticalização desenfreada e a expulsão da população de baixa renda para a periferia, segue a mesma lógica, onde a terra se torna um ativo financeiro e não um direito essencial.

O imaginário urbano dessas megacidades é construído a partir da difusão de imagens, narrativas e representações midiáticas que reforçam a cidade como um produto de desejo. Nova York é promovida como a cidade das oportunidades ilimitadas, Los Angeles como o espaço dos sonhos cinematográficos e São Paulo como a capital econômica e cosmopolita do Brasil mas que não inclui e acolhe a todos.

No entanto, essas narrativas ocultam as contradições e desigualdades que estruturam esses territórios, criando uma dissociação entre a cidade idealizada e a cidade real. Dessa forma, as megacidades enfrentam um paradoxo: ao mesmo tempo em que são centros globais de inovação, cultura e poder econômico, também aprofundam desigualdades socioespaciais ao serem moldadas como vitrines e mercadorias.

O desafio para essas cidades no século XXI é romper com essa lógica excludente e buscar alternativas que promovam um urbanismo mais inclusivo, onde o direito à cidade não seja um privilégio restrito a poucos, mas um princípio fundamental para todos os seus habitantes.



Figura 5 - Vista da Hollywood Boulevard com Downtown Los Angeles ao fundo



Figura 6 - Acampamento de pessoas em situação de rua na Hollywood Boulevard

Fonte: Acervo Le Monde Diplomaque. 2024.

O PROGRESSO É PARA QUEM?

Figura 7 - Título de notícia sobre a cidade de São Paulo

Pulsante, moderna e inclusiva; conheça São Paulo – a maior metrópole da América Latina

São Paulo é uma cidade global que une distintos costumes e culturas, com uma população formada por 12,4 milhões de habitantes – ou 21,3 milhões na região metropolitana –, de 70 diferentes nacionalidades.

Quarta-feira, 7 de Junho de 2023 | Horário: 12:59

Fonte: Reprodução Secretaria de governo municipal de São Paulo 2023.

Figura 8 - Título de notícia sobre a cidade de São Paulo



JORNALISMO

PESQUISA

EDUCAÇÃO

DIREITOS HUMANOS

Cracolândia: catadores eram pagos com pinga por fornecedora da multinacional Novelis

Ministério Público de São Paulo investiga recicladoras e ferro-velhos próximos à Cracolândia, na região central da capital paulista: Fornecedora da Novelis, líder mundial no reaproveitamento de alumínio, pagava em cachaça catadores com dependência química

POR JOSÉ DACAUAZILÍQUÁ | EDIÇÃO CARLOS JULIANO BARROS

23/08/2024



Fonte: Reprodução Repórter Brasil. 2024.



ES MUY DIFÍCIL VER LAS LUCES DE NAVIDAD, ESO ES BONITO, COMO PUEDO IR SI NO TENGO UM CARRO PARA IR? TENGO QUE QUEDAR AHI MISMO, NO PUEDE VER COSAS BONITAS, NO PUEDO IR A LAS CATARATAS, NO PUEDO IR A UN BALNEARIO PORQUE ES MUY DIFÍCIL.

Alberto Carrera Colina, 52 anos

Imigrou de Cuba para o Brasil, atualmente reside em Foz do Iguaçu.

A INVISIBILIDADE DOS ATORES DO ESPETÁCULO

Entre os tipos de desigualdades presente no território, trataremos neste tópico acerca da desigualdade espacial. A desigualdade espacial é caracterizada pela disparidade na distribuição de recursos, oportunidades, serviços e infraestrutura na cidade, essa desigualdade pode ser observada em diversos aspectos que compõem a estrutura e dinâmica urbana como acesso a moradia, educação, saúde, transporte, emprego, segurança, entre outros.

As causas dessa desigualdade provêm da distribuição desigual de recursos e investimentos por parte do governo, a especulação imobiliária levando à gentrificação de determinadas áreas urbanas, expulsando os residentes de baixa renda, o acesso desigual a serviços públicos: a falta de acesso a serviços básicos, como água potável, saneamento, educação e saúde, em algumas áreas urbanas contribuindo a perpetuação dessa tendência, além dos fatores socioeconômicos da população como o nível de renda, educação e emprego, a qual desempenham um papel importante na determinação da desigualdade espacial, com áreas mais pobres enfrentando maiores desafios em termos de acesso a oportunidades e recursos.

Com base nos dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2017, o índice de Gini se torna uma lente crucial para a compreensão da segregação nas megacidades. Este índice, que mede a desigualdade de renda, revela uma realidade complexa e desafiadora nos grandes centros urbanos da região.

O índice de Gini para a América Latina, com uma média de 0,469 em 2016, já demonstrava uma alta concentração de renda. Quando este dado é aplicado ao contexto das megacidades, ele se aprofunda e se territorializa, revelando a segregação socioespacial como uma das manifestações mais visíveis dessa desigualdade. A segregação se traduz na divisão do espaço urbano em zonas distintas e desiguais, onde a renda se torna um fator determinante para o acesso a oportunidades e serviços.

Em megacidades, o índice de Gini não reflete apenas a distância entre ricos e pobres, mas também a distância física e a qualidade de vida entre diferentes partes da cidade. Onde os mais ricos se concentram, há um melhor acesso a infraestrutura, saneamento básico, educação de qualidade e segurança, consequência esta politicamente planejada.

Em contrapartida, as áreas de menor renda, muitas vezes nas periferias ou em áreas de ocupação irregular, sofrem com a carência de serviços essenciais, a precariedade de moradias e a falta de equipamentos urbanos. A desigualdade de renda, portanto, se traduz em uma desigualdade de oportunidades e de acesso à urbanidade, tornando a segregação um ciclo vicioso que perpetua a pobreza e a exclusão.

O relatório sublinha que a desigualdade de renda é apenas uma das faces da desigualdade social, que também se manifesta em fatores étnico-raciais e na estrutura de propriedade de ativos. Nas megacidades, esses fatores se entrelaçam, intensificando a segregação. O Gini, nesse contexto, é um indicador de que a desigualdade não é apenas um fenômeno econômico, mas um problema estrutural que molda o espaço urbano, resultando em cidades fragmentadas e socialmente injustas.

Figura 10 - Índice de Gini no Brasil



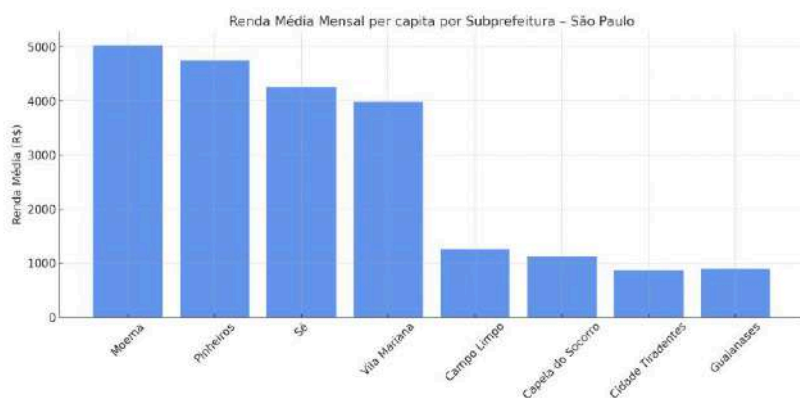
Fonte: IBGE, 2022.

Figura 11 - Expectativa de vida por subprefeitura



Fonte: O autor, a partir de dados do IBGE. 2022.

Figura 12 - Renda média mensal *per capita* por subprefeitura



Fonte: O autor, a partir de dados do IBGE. 2022.

Em bairros como Moema e Pinheiros, a expectativa ultrapassa 78 anos e em regiões periféricas como Cidade Tiradentes e Guaianases, cai para menos de 60 anos, uma diferença de até 22 anos. Quanto a renda, nos bairros centrais, a renda mensal chega a R\$ 5.000, enquanto nas periferias, como Cidade Tiradentes e Capela do Socorro, permanece abaixo de R\$ 1.200.

É neste contexto de desigualdade encontrada na cidade de São Paulo que esbarramos num termo muito utilizado pelos autores brasileiros para caracterizar essa situação: a segregação socioespacial. Estes dados revelam a segregação na cidade de São Paulo, a qual as desigualdades econômicas e de acesso à vida digna está diretamente ligada à localização da população.

Entende-se por segregação socioespacial como sendo o resultado das relações capitalistas sobre as classes sociais, entendendo que esta gama de relações se estabelecem sobre o espaço urbano tornando-o desigual. A segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairro (Villaça, 1998, p. 142).

O processo de segregação socioespacial segundo Corrêa (1999), conceitualmente surge com a “Escola de Chicago”, primeiramente com Robert Park e a seguir com Mackenzie, que define como uma concentração de tipos de população dentro de um dado território. Na cidade capitalista a segregação está relacionada às diferenças de classes e a localização destas no espaço urbano. É neste espaço que se verifica como as classes utilizam e se apropriam de espaços localmente diferenciados. Neste sentido, podemos tratar a cidade de São Paulo como sendo um exemplo dessa visível segregação e um território tomado por desigualdades.

No livro Espaço Intra-Urbano no Brasil o urbanista Flávio Villaça aponta que a separação entre classes sociais no espaço define-se pela localização das elites e pelos recursos de infraestrutura, de acessibilidade e pela organização da circulação urbana produzidos de formas a favorecerem fundamentalmente a essa classe social. No caso de São Paulo, essa separação é visível através do mapa das regiões, a qual na centralidade da cidade concentra-se uma renda maior do que as regiões restantes.

Como explica a autora Raquel Rolnik (São Paulo: planejamento da desigualdade. Fósforo, 2022.), a grande transformação que ocorreu na cidade de São Paulo foi a configuração de uma segregação espacial mais delineada: territórios específicos e separados para cada atividade e cada grupo social. No período de imensos fluxos migratórios, a cidade viveu seu primeiro surto industrial, baseado sobretudo nas indústrias têxteis e alimentícias, que ocupavam as várzeas por onde passavam as ferrovias, constituindo as primeiras grandes regiões operárias de São Paulo: linhas ferroviárias no Leste, Oeste e Sudeste. Mesmo em algumas de suas regiões tidas por homogêneas, observa-se uma flagrante heterogeneidade das situações de pobreza. Incorporar o território nas estratégias da política de combate às situações de pobreza impõe-se como prioritário para o poder público neste cenário desfavorável.

“A questão é fundamental, pois pensar a heterogeneidade da pobreza não tem apenas interesse acadêmico, mas é também importantíssimo para as políticas públicas. Se os espaços onde residem os pobres não são homogêneos existe a possibilidade de se organizar a oferta dos diferentes serviços públicos, segundo a características desses diversos locais - mesmo no caso de políticas universais -, gerando iniciativas estatais mais eficazes e distributivas. A incorporação do espaço nas políticas, portanto, é fundamental para a execução de políticas que atinjam verdadeiramente seus públicos-alvo.”

Dependendo do grau de segregação a que uma dada comunidade está submetida, os ativos controlados pelas famílias podem ou não se inserir de forma proveitosa nas estruturas de oportunidades presentes naquela sociedade. Nesse sentido, a redução de contatos para fora das comunidades, causada pela segregação, estreita as oportunidades de mobilidade, ajudando a perpetuar situações de pobreza e vulnerabilidade. Dentre os desafios enfrentados pela população estão o aumento do desemprego e da informalidade no trabalho, aumento da precarização da qualidade de vida da população de baixa renda, maior precarização da habitação, aumento dos cortiços, loteamentos clandestinos e favelas, expansão dos assentamentos precários nas áreas ambientalmente sensíveis.

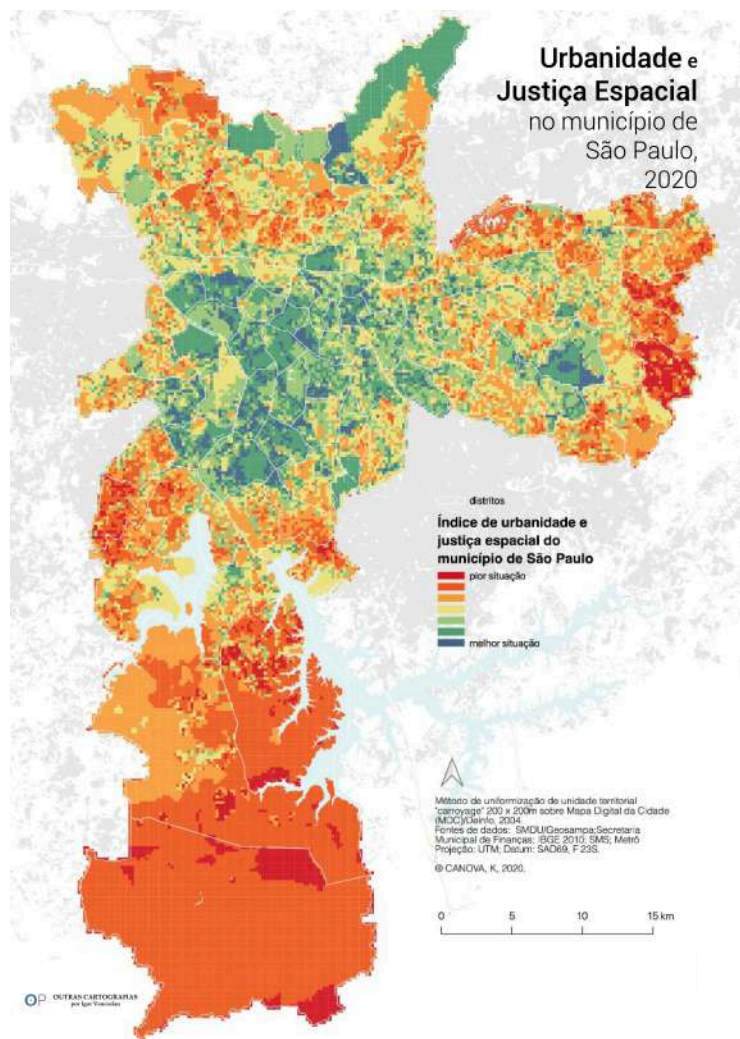
Os dados do censo demográfico de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam um cenário complexo e paradoxal sobre a urbanidade e a justiça espacial na cidade de São Paulo. A metrópole, por um lado, demonstra altos índices de desenvolvimento urbano, com vasta infraestrutura e diversidade de serviços. Por outro, os números explicitam uma profunda desigualdade que fragmenta o acesso a essa urbanidade de forma injusta.

A urbanidade, entendida como a qualidade de vida e a acessibilidade a bens e serviços urbanos, é alta nos distritos centrais, mas decai drasticamente nas periferias. Enquanto áreas como Pinheiros ou Moema gozam de densa rede de transporte público, saneamento básico universalizado, e ampla oferta de equipamentos culturais e de lazer, muitos bairros periféricos ainda enfrentam deficiências estruturais. A ausência de equipamentos básicos, a precariedade de moradias e a falta de áreas verdes são mais evidentes nessas regiões, indicando que a urbanidade não é um direito universalmente distribuído.

A justiça espacial, ou seja, a distribuição equitativa dos recursos e oportunidades no território, é o ponto de maior desequilíbrio. Geralmente em áreas com menor acesso a empregos, educação de qualidade, saúde e lazer. Essa injustiça se manifesta na disparidade de renda entre as zonas da cidade, na diferença na escolaridade e no acesso a serviços de saúde. Os dados do censo, comprovam que o local de residência é um fator determinante para as oportunidades de vida, perpetuando ciclos de desigualdade.

Apesar de São Paulo ser um polo de desenvolvimento e atração, a análise dos dados de 2020 do IBGE conclui que o modelo de urbanização da cidade é profundamente desigual. A metrópole não consegue, de forma eficaz, garantir que a urbanidade seja um bem público acessível a todos os seus habitantes. A justiça espacial é um ideal distante, e a segregação se mantém como uma das principais marcas da cidade. A grande questão que os dados demonstram é como São Paulo que apesar do dinamismo econômico, luta com as profundas injustiças territoriais que ainda a definem.

Figura 13 - Urbanidade e justiça espacial no município de São Paulo em 2020.



Fonte: CANOVA, Katia. *Urbanidade e Justiça Espacial na cidade de São Paulo: metodologia de análise e subsídio para tomada de decisão no planejamento urbano*. 2020. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06082020-200157/en.php>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CIDADE DOS SONHOS?

Figuras 14 e 15 – Contraste entre área de favela e condomínio de luxo em São Paulo, evidenciando desigualdade social.



Fonte: VEJA. *Pais rico é pais sem pobreza?*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/cacador-de-mitos/pais-rico-e-pais-sem-pobreza/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

RAÍZES HISTÓRICAS DA ESTRUTURA SOCIOESPACIAL

A permanência de um modelo hegemônico no território urbano perpetua a lógica mercantil e excludente do espaço. Esse modelo, consolidado ao longo do processo histórico de urbanização desigual, organiza o território de forma seletiva e hierárquica, concentrando investimentos e oportunidades em regiões centrais e elitizadas, ao mesmo tempo em que marginaliza vastas porções do espaço urbano — especialmente periferias, favelas e ocupações informais.

Na Roma Antiga, os patrícios (membros da elite) levavam uma vida luxuosa, com residências situadas próximas ao palácio do imperador e aos centros culturais, como bibliotecas, jardins e termas privadas. Apesar do prestígio dessas áreas, não havia uma separação espacial rígida entre classes sociais: era comum que palácios suntuosos coexistissem, na mesma rua, com habitações modestas como cabanas.

Já na Grécia Antiga, durante o período arcaico, consolidou-se a pólis, ou cidade-estado, sendo Atenas e Esparta os principais exemplos. Ambas apresentavam formas distintas de organização social e urbana. Em Esparta, a sociedade era composta pelos hilotas, escravizados que viviam sob o domínio da aristocracia; pelos periecos, habitantes das regiões periféricas; e pelos espartanos, que ocupavam o topo da hierarquia social.

Figura 16 – Representação ilustrada da pólis grega, mostrando áreas urbanas, muralhas, templos e áreas rurais adjacentes.



Fonte: PIÑAZO, Fernando Vergara. *Pólis grega*. Disponível em: <https://conhecimentocientifico.r7.com/polis-grega/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Em Atenas, por sua vez, a população se dividia entre os eupátridas, aristocratas com grande poder e acesso à vida cultural; os cidadãos atenienses, que residiam próximos aos centros urbanos; e os escravizados, que formavam a base da estrutura social.

O modelo hegemônico de cidade no Brasil não é fruto do acaso, mas sim o resultado de um processo histórico longo, atravessado por estruturas coloniais, interesses elitistas e dinâmicas excludentes. Desde os tempos da colonização portuguesa, o território urbano foi pensado como instrumento de controle, exploração e distinção social, dando origem a formas espaciais e simbólicas que ainda hoje moldam a configuração das cidades brasileiras.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1995), o urbanismo colonial brasileiro se estruturou a partir da lógica da ocupação administrativa e econômica, e não como expressão de um projeto social inclusivo. As cidades foram implantadas como pontos estratégicos para o controle do território, o escoamento de riquezas e a imposição da ordem colonial, e não para atender às necessidades das populações locais. Esse padrão instaurou uma racionalidade espacial centralizadora e hierárquica, que tratava o espaço urbano como extensão do poder metropolitano.

O urbanista Nabil Bonduki (2012) aponta que, no período imperial e republicano, as elites brasileiras continuaram a reproduzir modelos europeus de cidade, especialmente franceses e portugueses, criando uma paisagem urbana voltada para a ostentação simbólica do poder. Essa cidade era pensada para poucos, geralmente localizada em regiões centrais com infraestrutura e estética importadas, enquanto as classes populares eram relegadas às franjas da urbanização. Esse processo consolidou um modelo de cidade dual, fragmentada e marcada por profundas desigualdades.

Com o avanço da industrialização, principalmente a partir dos anos 1930 e 1950, o Brasil vivenciou uma intensa migração rural-urbana, provocando o crescimento desordenado das metrópoles. Entretanto, como destaca Milton Santos (1994), esse crescimento não veio acompanhado de políticas urbanas inclusivas. Ao contrário, as cidades passaram a ser moldadas por uma lógica funcionalista e tecnocrática, voltada à acumulação do capital e à exclusão dos mais pobres. A cidade moderna, ao invés de integrar, segregava.

Nos anos 1970 e 1980, com a financeirização da economia e a entrada do capital imobiliário como ator central no planejamento urbano, as cidades brasileiras aprofundaram sua configuração como mercadoria. David Harvey (2008) e Carlos Vainer (2000) apontam que esse momento marca o fortalecimento da cidade como "espaço de circulação do capital", onde o solo urbano é tratado como ativo financeiro, e os investimentos públicos são direcionados para áreas de maior rentabilidade, muitas vezes em detrimento das necessidades reais da população.

Esse modelo hegemônico de cidade — elitista, segregador e espetacularizado — manifesta-se também nas tentativas de emular padrões internacionais de urbanismo e consumo. Projetos como os eixos culturais, as revitalizações de centros históricos, os eventos globais (como Copa do Mundo e Olimpíadas) e os megaempreendimentos urbanos revelam a tentativa de transformar a cidade em vitrine global, mas às custas da gentrificação e da expulsão dos sujeitos populares de seus territórios.

Assim, a cidade brasileira, em sua forma hegemônica, é resultado de uma herança colonial, reforçada por processos de modernização excludente e de urbanização neoliberal. Ela não é apenas um espaço físico, mas uma construção histórica, política e simbólica, que precisa ser desnaturalizada para que outras formas de produzir e viver o urbano possam emergir. Como propõe Henri Lefebvre (2001), o direito à cidade deve ser compreendido como o direito à transformação do espaço, à produção de novos sentidos e à superação das lógicas impostas pelas elites e pelo capital.

As desigualdades econômicas e sociais que isolam geograficamente, refletem a dinâmica de valorização imobiliária e especulação que transforma o solo urbano em mercadoria e privilegia determinadas parcelas da população, em detrimento da maioria.

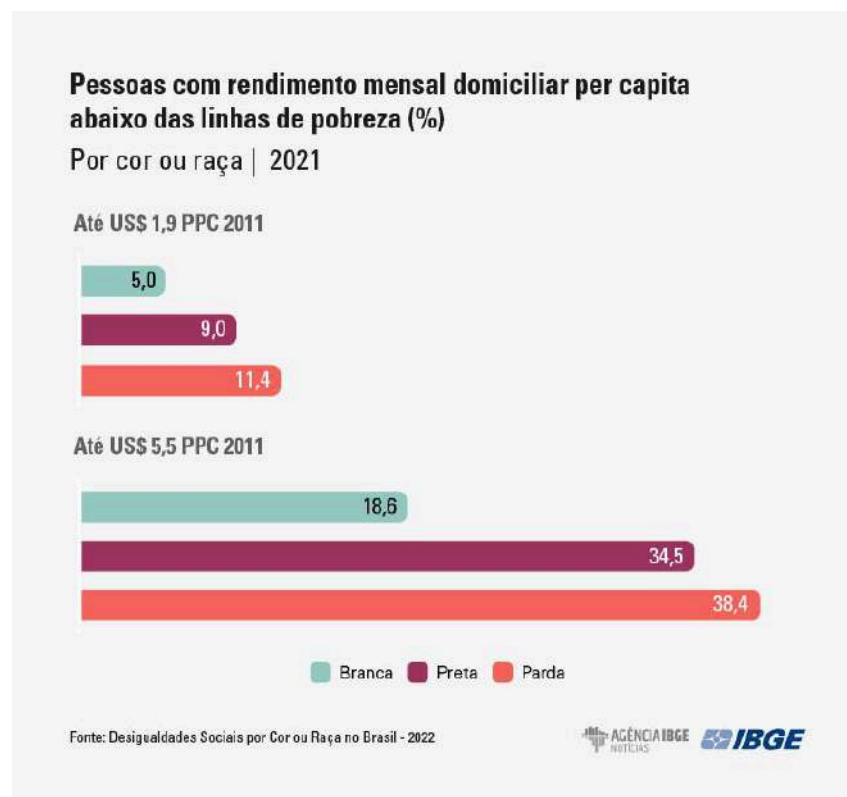
No que diz respeito à mobilidade urbana, a exclusão também se materializa. Pesquisas da ANTP e do Metrô de São Paulo indicam que moradores das bordas da cidade chegam a gastar mais de três horas por dia em deslocamentos, enfrentando longas distâncias e transporte precário. Ao contrário, as regiões centrais contam com maior infraestrutura, rede de metrô, ônibus e ciclovias, a qual reforça a ideia de que a cidade é desenhada para os que moram, trabalham e consomem no centro.

O modelo pautado na lógica capitalista, eurocêntrica e mercantil, contribui de forma direta para a reprodução de profundas desigualdades de raça, gênero e classe

nos contextos urbanos. Esse modelo, ao priorizar a cidade como produto, voltada à valorização imobiliária, ao turismo e à circulação do capital, ignora as múltiplas realidades que compõem o tecido social das metrópoles. Nas grandes cidades, populações negras, periféricas, mulheres e pessoas LGBTQIA+ são sistematicamente excluídas dos centros de decisão, dos espaços valorizados e dos serviços públicos de qualidade.

Essa estrutura urbana excludente reflete o legado histórico de um planejamento segregador, a qual o acesso à moradia digna, mobilidade, educação e cultura é determinado não apenas pela renda, mas também por marcadores sociais da diferença.

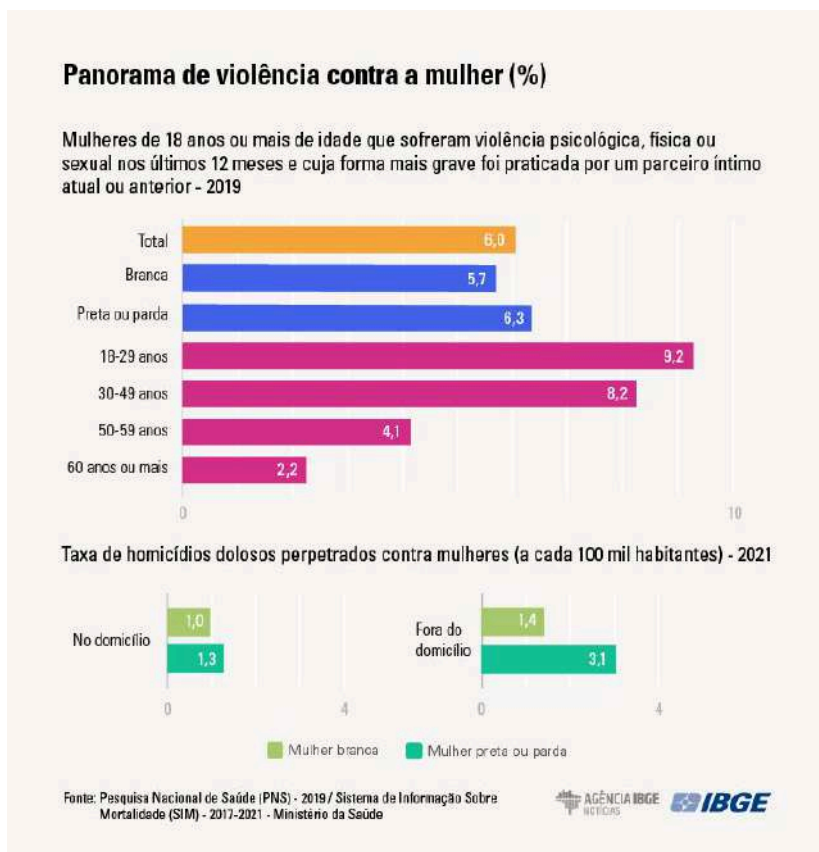
Figura 17 - Pessoas com rendimento mensal domiciliar *per capita* abaixo das linhas de pobreza (%) por cor ou raça, Brasil, 2021.



Fonte: IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil – 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/623923-racismo-estrutural-taxas-de-pobreza-de-pretos-e-pardos-sao-cerca-de-duas-vezes-maiores-que-a-dos-brancos>. Acesso em: 29 jul. 2025.

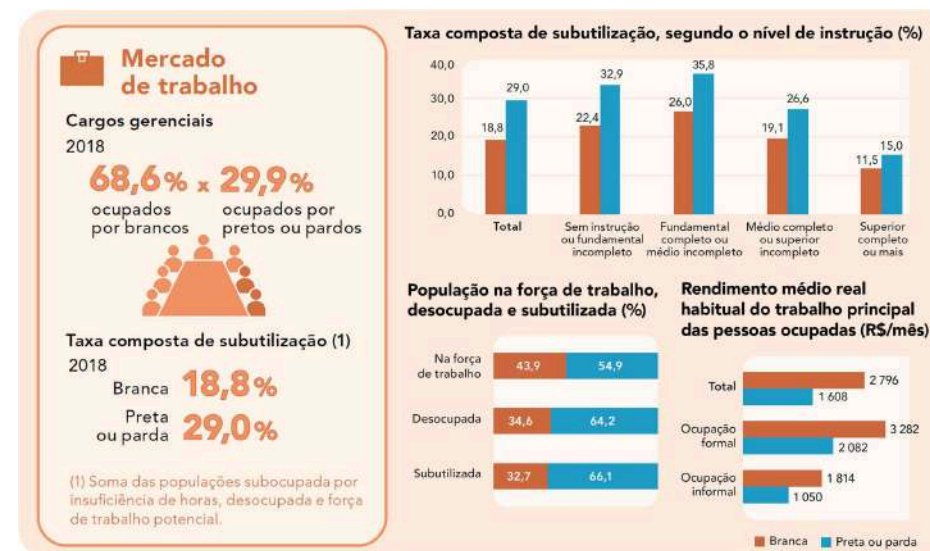
Assim, as cidades se tornam territórios de reprodução da violência estrutural, onde o direito à cidade é negado justamente àqueles que mais deveriam ser reconhecidos como protagonistas da vida urbana. Superar essas desigualdades exige romper com o imaginário da cidade vitrine e promover um urbanismo plural, que reconheça as demandas, culturas e resistências de todos os seus habitantes. Estas problemáticas podem ser observadas alarmantes nos infográficos a seguir a partir dos dados do IBGE:

Figura 18 – Panorama da violência contra a mulher no Brasil, incluindo percentual de mulheres que sofreram violência psicológica, física ou sexual em 2019 e taxa de homicídios dolosos contra mulheres em 2021, por cor ou raça.



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) - 2019 / Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM) - 2017-2021 - Ministério da Saúde. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Figura 19 – Infográfico dos dados da população no mercado do trabalho com parâmetros de escolaridade, raça e formalização



Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018.

Essa configuração urbana evidencia que o planejamento e a gestão das cidades ainda seguem uma lógica excludente e seletiva, que transforma o espaço urbano em vitrine para o capital, em detrimento do seu uso social. Esse modelo transforma a cidade em mercadoria, reflete os interesses do capital imobiliário e inviabiliza os modos de vida populares, negando o direito à cidade à maior parte da população.

Segundo Santos (2006), o espaço não deve ser compreendido como um simples cenário, mas sim como um produto social, formado pela articulação de sistemas técnicos, relações de poder e interesses econômicos que se territorializam de maneira desigual.

No contexto da cidade mercadoria, o valor de uso do espaço é constantemente subordinado ao valor de troca. Isso significa que determinadas porções da cidade passam a ser apropriadas e projetadas com base em sua capacidade de gerar lucro e atrair investimentos. Os espaços luminosos concentram tecnologias de ponta, circulação intensa de capitais, infraestrutura moderna e ampla visibilidade nos meios de comunicação. São, portanto, áreas moldadas para o consumo e para a exibição do progresso, o que, conforme Santos (2006), está diretamente relacionado à racionalidade técnica e informacional utilizada como instrumento de controle do território.

Em contraposição, os espaços opacos são aqueles que não interessam ao capital ou não foram integrados às redes técnico-científico-informacionais. São áreas em que a presença do Estado é marcada pela ausência ou pela repressão, onde os serviços urbanos são precários e onde as populações vivem historicamente excluídas do planejamento urbano. Ainda que densamente habitados e culturalmente ricos, esses territórios permanecem à margem das representações dominantes da cidade. Como afirma Santos (2006, p. 102), “os lugares que não conseguem responder à lógica do mercado são deixados de lado, ignorados, quando não eliminados”.

Essa dicotomia entre o espaço valorizado e o espaço marginalizado resulta em uma cidade fragmentada, onde o acesso à moradia digna, à mobilidade urbana, ao lazer e aos equipamentos públicos é mediado pela lógica de mercado. A cidade torna-se um palco de espetacularização e consumo, em detrimento do direito coletivo de habitar e participar da construção do espaço urbano. Para Santos (2006), essa fragmentação é potencializada pelo uso desigual da técnica, da ciência e da informação, que passam a ser utilizados como instrumentos de diferenciação e exclusão espacial.

A herança do modelo colonial de estruturação espacial ainda se faz presente na forma como as cidades são organizadas e apropriadas no mundo contemporâneo. Esse modelo, baseado na segregação, na exploração e na imposição de uma lógica urbana eurocêntrica, moldou o desenvolvimento das cidades latino-americanas, transformando-as em espaços altamente desiguais.

Durante o período colonial, as cidades eram organizadas de maneira hierarquizada, com um centro urbano planejado para a elite colonial – composta por administradores, comerciantes e representantes da igreja – enquanto as periferias eram ocupadas por indígenas, escravizados e camadas populares. Essa divisão, que estabeleceu uma clara segregação espacial, ainda influencia a estrutura das cidades contemporâneas. Inspiradas nas normas urbanísticas europeias, as cidades coloniais eram centralizadas e padronizadas, com praças centrais, igrejas e edifícios administrativos dispostos de forma homogênea, ignorando os saberes e práticas espaciais dos povos originários.

Além disso, a organização do território colonial estava ligada a uma economia extrativista e exploratória, na qual os centros urbanos, muitas vezes portuários ou de mineração, foram concebidos para atender às necessidades da metrópole europeia. A cidade que os portugueses construíram na América não é um produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem.

Portanto, o modelo hegemônico de estruturação das cidades brasileiras continua a produzir segregação socioespacial, precarização das periferias, concentração de investimentos em áreas valorizadas e exclusão sistemática de sujeitos historicamente marginalizados. Reconhecer essa realidade é essencial para pensar alternativas de planejamento urbano mais inclusivas, que rompam com a lógica mercantil do espaço e reconheçam a cidade como território de direitos.

Outro aspecto importante desse modelo é a imposição de fronteiras e a fragmentação territorial, uma vez que os limites estabelecidos de forma arbitrária desconsideravam as formas tradicionais de ocupação e organização espacial dos povos indígenas. Mesmo após o fim do colonialismo formal, essa lógica persiste na forma de segregação urbana, mercantilização do espaço e gentrificação, onde os espaços urbanos são planejados para atender aos interesses de investidores e elites, em detrimento das necessidades das populações locais (ROLNIK, 2015).

No cenário contemporâneo, essa estrutura colonial articula-se à lógica neoliberal e à financeirização das cidades, consolidando o modelo da cidade mercadoria. Nesse modelo, como destaca Lefebvre (2001), o valor de troca se impõe sobre o valor de uso, fazendo com que o direito à cidade seja substituído pela lógica da valorização imobiliária e da especulação. Esse processo gera exclusão socioespacial, com a expulsão de populações vulneráveis para áreas periféricas, enquanto zonas centrais e valorizadas são apropriadas por elites e grandes grupos econômicos (SANTOS, 2006; HARVEY, 2012). Essa lógica, presente nas cidades coloniais – onde os centros eram destinados às elites e os grupos marginalizados eram empurrados para as franjas urbanas – continua a estruturar o espaço urbano nas metrópoles atuais (VAINER, 2000).

Outro impacto negativo desse modelo é a privatização do espaço público. A cidade mercadoria transforma ruas, praças e patrimônios históricos em bens comercializáveis, limitando o acesso dos cidadãos e reduzindo os espaços de convivência e expressão social. Esse processo se intensifica em cidades turísticas e globais, onde a especulação imobiliária prioriza hotéis, shoppings e condomínios de luxo em detrimento da moradia acessível e da infraestrutura pública. Assim, o espaço urbano deixa de ser um território de participação democrática para se tornar um ambiente governado por interesses privados. Além disso, a imposição desse modelo de cidade prejudica a diversidade cultural e a memória coletiva. A espetacularização da cidade, impulsionada pelo turismo e pelo consumo, cria narrativas urbanas que vendem uma identidade pasteurizada e estereotipada dos territórios. No Brasil, por exemplo, muitas cidades históricas são reconfiguradas para atender à lógica do turismo, promovendo uma visão romantizada do passado colonial, enquanto desconsideram as lutas e as resistências das populações que ali habitam.

A cidade mercadoria transforma ruas, praças e patrimônios históricos em bens comercializáveis, limitando o acesso dos cidadãos e reduzindo os espaços de convivência e expressão social. Esse processo se intensifica em cidades turísticas e globais, onde a especulação imobiliária prioriza hotéis, shoppings e condomínios de luxo em detrimento da moradia acessível e da infraestrutura pública. Assim, o espaço urbano deixa de ser um território de participação democrática para se tornar um ambiente governado por interesses privados. Além disso, a imposição desse modelo de cidade prejudica a diversidade cultural e a memória coletiva. A espetacularização da cidade, impulsionada pelo turismo e pelo consumo, cria narrativas urbanas que vendem uma identidade pasteurizada e estereotipada dos territórios. No Brasil, por exemplo, muitas cidades históricas são reconfiguradas para atender à lógica do turismo, promovendo uma visão romantizada do passado colonial, enquanto desconsideram as lutas e as resistências das populações que ali habitam.

A mercantilização da cidade também agrava problemas ambientais. A expansão urbana descontrolada, a verticalização excessiva e a priorização de empreendimentos imobiliários sobre a preservação ambiental resultam na degradação de ecossistemas urbanos, na redução de áreas verdes e no aumento de desastres ambientais. Como o modelo colonial de urbanização nunca considerou a relação sustentável entre espaço e sociedade, a cidade mercadoria segue essa lógica predatória, ignorando as consequências ecológicas de um crescimento urbano desenfreado.

Portanto, a permanência da estrutura espacial colonial, articulada ao modelo neoliberal de cidade mercadoria, tem produzido um ambiente urbano profundamente desigual, segregado e insustentável. Superar esse quadro exige o fortalecimento de práticas de planejamento urbano inclusivas, que reconheçam os direitos territoriais dos grupos historicamente marginalizados, valorizem os saberes locais e promovam cidades mais equitativas e democráticas (ROLNIK, 2015; LEFEBVRE, 2001; HARVEY, 2012).

Através do relatório "Panorama Multidimensional do Desenvolvimento Urbano na América Latina e no Caribe", publicado pela CEPAL em 2017, é evidenciado que a América Latina e o Caribe passaram por uma rápida urbanização, tornando-se a região em desenvolvimento mais urbanizada do mundo. No entanto, esse crescimento urbano ocorreu de forma desigual, com fortes disparidades entre grandes metrópoles, cidades intermediárias e áreas periféricas.

O documento também aponta mudanças nos padrões migratórios, com um aumento da migração intra-regional e urbana, o que impacta a estrutura social e econômica das cidades. A desigualdade é um dos principais desafios do desenvolvimento urbano, que apesar de avanços na redução da pobreza, as cidades ainda enfrentam altos índices de segregação, falta de acesso a serviços públicos essenciais e informalidade habitacional. A desigualdade é expressa não apenas em termos econômicos, mas também no acesso a infraestrutura e oportunidades, especialmente para grupos vulneráveis.

O crescimento econômico das cidades tem sido acompanhado por processos de especulação imobiliária e concentração de riquezas, o que agrava a gentrificação e a exclusão social. Problemas como poluição, gestão inadequada de resíduos sólidos e escassez de áreas verdes afetam diretamente a qualidade de vida urbana. Além disso, os documentos da CEPAL alertam para a vulnerabilidade das cidades latino-americanas a desastres naturais e mudanças climáticas, destacando a importância de estratégias locais para mitigação de impactos ambientais.

A lógica da cidade mercadoria, amplamente aplicada em grandes metrópoles, tem sido importada para cidades interioranas e fronteiriças como uma promessa de progresso e desenvolvimento econômico. No entanto, essa transposição muitas vezes ignora as especificidades desses territórios, resultando em impactos negativos para as populações locais. O modelo urbano voltado para o consumo, a especulação imobiliária e o turismo excludente pode acentuar desigualdades sociais, descaracterizar a identidade local e comprometer a sustentabilidade ambiental.

O primeiro impacto significativo desse processo é a especulação imobiliária e a gentrificação. O investimento em grandes projetos urbanos tende a elevar os preços dos imóveis, tornando o custo de vida insustentável para populações de baixa renda, que acabam sendo deslocadas para áreas periféricas sem infraestrutura adequada.

Em cidades fronteiriças, esse fenômeno pode ser ainda mais intenso, uma vez que a valorização do solo frequentemente favorece investidores estrangeiros e grandes grupos empresariais, enquanto a população local possui dificuldade no acesso à moradia digna.

Além disso, a homogeneização do espaço urbano e a consequente perda da identidade local são efeitos preocupantes da importação desse modelo. Cidades interioranas e fronteiriças possuem características culturais, históricas e sociais particulares que muitas vezes são negligenciadas em projetos urbanos inspirados em padrões globais de urbanização. A criação de espaços padronizados, com empreendimentos comerciais e turísticos de alto padrão, condomínios residenciais de alto padrão exclusivos, pode transformar o tecido urbano em um cenário artificial. A sustentabilidade ambiental também é um fator crítico quando a cidade passa a ser tratada como mercadoria. A busca incessante por crescimento econômico, sem um planejamento adequado, pode comprometer todo o ecossistema.

A cidade mercadoria transforma o espaço urbano em um produto voltado ao consumo de turistas e investidores, marginalizando os moradores locais. Em cidades fronteiriças, esse processo é visível na conversão de áreas públicas em espaços de acesso restrito, beneficiando classes mais abastadas e excluindo aqueles que vivem e trabalham na cidade diariamente. Dessa forma, os benefícios do turismo acabam sendo concentrados em poucos setores, enquanto grande parte da população permanece à margem dos ganhos econômicos.

A desigualdade na distribuição de infraestrutura e serviços públicos é outro reflexo da mercantilização do espaço urbano. Quando os investimentos são direcionados apenas para áreas estratégicas voltadas ao turismo e ao comércio, bairros periféricos ficam desassistidos, sem acesso adequado a saneamento, transporte público e equipamentos culturais. Em cidades interioranas e fronteiriças, onde já há carências históricas nesses serviços, essa disparidade se acentua, criando um cenário de exclusão ainda mais evidente.

Em cidades menores, onde há menos controle social sobre políticas públicas, a implementação de projetos excludentes torna-se ainda mais facilitada como no caso de aprovação de projetos de condomínios fechados luxuosos que tornam-se verdadeiros complexos enquanto uma população que vive em áreas irregulares sofre duras consequências do processo.

“

“(...) EU SOU BRASILEIRO MAS EU SINTO QUE EU TÔ EM OUTRO PAÍS, NO CASO EU TRABALHO AQUI EM FOZ, MAS MORO NO PARAGUAI EM CIDADE DO LESTE, ÀS VEZES EU VEJO MENOS IMPACTOS, DIFERENÇAS LÁ DO QUE EU VEJO AQUI, A DESIGUALDADE PARECE SER MAIOR, ELES (CIDADE DO LESTE) VEM UMA NATURALIDADE MESMO TENDO MUITO IMIGRANTE E MUITA DIVERSIDADE, AQUELA ANCESTRALIDADE E CULTURA É MAIS NATURAL E ACEITA, AQUI (FOZ DO IGUAÇU) É COMO SE EU ESTIVESSE EM OUTRO PAÍS MESMO EU SENDO DO NORDESTE.”

Hatos Luiz, 32 anos

Migrou de Imperatriz no Maranhão para Foz do Iguaçu

A valorização da identidade local, a participação ativa da população nas decisões urbanas e a distribuição equitativa dos benefícios do desenvolvimento são elementos essenciais para garantir que as cidades não sejam apenas vitrines de consumo, mas espaços que respeitem e atendam às necessidades de todos os seus moradores.

A discussão de Cidade mercadoria, desse imaginário ideal, que somos induzidos a entender como a única representação de desenvolvimento e progresso tem relação com a colonialidade do poder. Violência sobre a condição de ser, a qual as identidades são abandonadas, tem um modelo padrão que é moderno, ocidental, branco que impõe valor aos corpos mas também ao desenho da cidade.

Quando falamos de cidade que está muito ligado ao neoliberalismo, com a entrada de grandes investimentos na cidade, não existe somente a dominação econômica, mas também cultural e essa dimensão cultural de aceitar as grandes obras e achar que é apenas desenvolvimento e avanço, oportunidade tem relação com essa ideia que é imposto a nós. Aprendemos que isso é bom e está relacionado com a colonialidade do poder.

A cidade mercadoria enquanto imaginário ideal nos induz a aceitar como a única representação de desenvolvimento e progresso relacionado ao conceito de colonialidade do poder, descrito pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, que explica como as hierarquias criadas no período colonial continuam a estruturar o mundo contemporâneo. Mesmo após a independência dos países colonizados, as relações de dominação estabelecidas durante a colonização permaneceram em diversas esferas da sociedade, especialmente no conhecimento, na economia, na política e nas relações raciais.

O colonialismo impôs uma hierarquia global, na qual a Europa e seus descendentes se posicionaram como superiores, enquanto os povos colonizados foram historicamente marginalizados. Essa lógica de poder opera por meio do racismo estrutural, da desvalorização dos saberes não ocidentais e da dependência econômica dos países periféricos em relação às potências globais.

A publicidade das cidades exercem um papel central na construção de uma imagem encantadora das cidades, promovendo narrativas visualmente sedutoras que destacam paisagens urbanas modernizadas, eventos culturais, infraestrutura de ponta e oportunidades de negócios.

No entanto, essa imagem frequentemente oculta as múltiplas problemáticas urbanas e sociais que marcam a vida cotidiana de grande parte da população. A precariedade habitacional, a desigualdade de acesso a serviços públicos, a violência nas periferias, a segregação socioespacial e a exclusão de grupos historicamente marginalizados são deliberadamente invisibilizadas nessas narrativas oficiais. O contraste entre o que se mostra e o que se silencia revela uma estratégia de gestão simbólica da cidade, onde o valor de troca do espaço se sobrepõe ao direito à cidade e à justiça urbana. A seguir há um exemplo de publicidade promovida para atrair espectadores.

Figura 20 – Campanha “Retomada: Vem pra Foz!” para promoção do turismo em Foz do Iguaçu. Texto da imagem: “Natureza. Emoção. E muita energia. Foz do Iguaçu. Várias viagens num só destino.”



Fonte: Portal Eventos. Retomada: Vem pra Foz! convida turistas a visitar o Destino Iguaçu. *Portal Eventos*, 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.portaleventos.com.br/news/Retomada:-Vem-pra-Foz!-convida-turistas-a-visitar-o-Destino-Iguacu>. Acesso em: 29 jul. 2025.

No contexto da cidade mercadoria, a atração de turistas estrangeiros muitas vezes se articula a uma lógica de fetichização cultural e espetacularização do espaço urbano e dos corpos que nele habitam. Cidades fronteiriças e turísticas passam a ser vendidas como experiências exóticas e autênticas, onde o “diferente” – muitas vezes representado por imigrantes, povos tradicionais e populações racializadas – é transformado em atração.

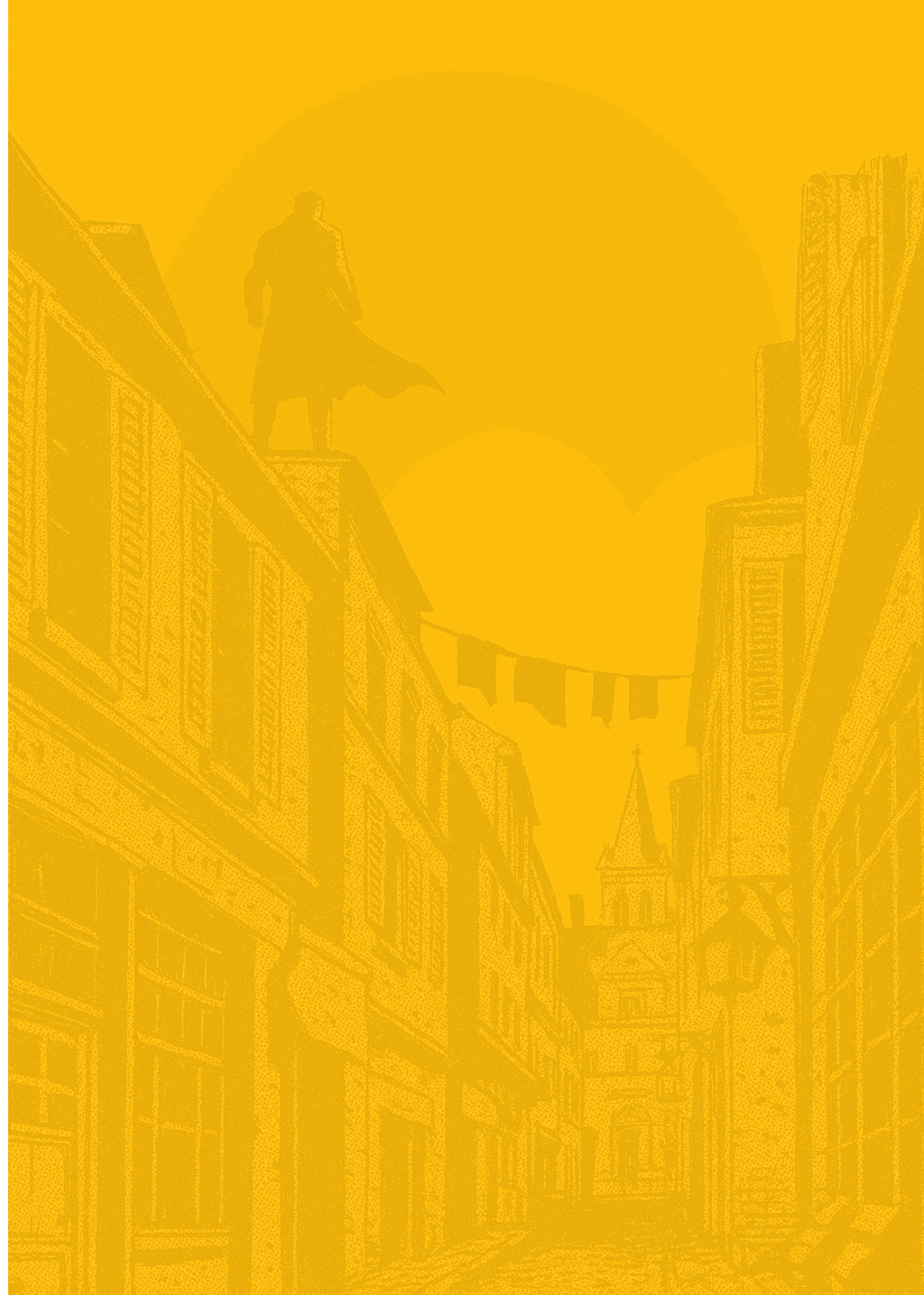
Esses corpos tornam-se parte da performance urbana ofertada ao olhar estrangeiro: danças, roupas típicas, culinárias e manifestações culturais são enquadradas dentro de roteiros turísticos que esvaziam seus significados e apagam suas contradições.

Essa fetichização reforça estereótipos e ignora as realidades precárias vividas por muitos desses sujeitos, que enfrentam racismo, xenofobia, exploração econômica e exclusão de direitos. Ao serem incorporados como parte da paisagem encantadora da cidade-espetáculo, seus corpos são transformados em mercadoria simbólica, enquanto suas vozes, histórias e lutas são silenciadas. Assim, a cidade mercadoria não apenas vende espaços, mas também identidades, apropriando-se da diversidade para fins de lucro, enquanto perpetua desigualdades e invisibiliza os conflitos que moldam o território urbano.

Figura 21 – Campanha “Turkey Week” para turismo em Las Vegas. Texto da imagem: “Visit a place where your accent is aphrodisiac.” (tradução: “Visite um lugar onde seu sotaque é afrodisíaco.”)



Fonte: R.R. PARTNERS. Turkey Week: Las Vegas tourism. *Campaign Live*, 2016. Disponível em: <https://www.campaignlive.co.uk/article/turkey-week-las-vegas-tourism-r-r-partners/1380204>. Acesso em: 29 jul. 2025.



NARRATIVAS DO
INTERIOR FRONTEIRIÇO:
PAISAGEM E CONSUMO

Localizado no extremo oeste do estado do Paraná, Foz do Iguaçu é um dos municípios mais emblemáticos do Brasil, tanto por sua relevância turística quanto por sua posição geopolítica estratégica. Sendo uma das cidades que compõe a chamada Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A história de Foz do Iguaçu é marcada por uma série de processos históricos estratégicos que moldaram sua configuração territorial, cultural e urbana. Inicialmente, o território esteve inserido no contexto das reduções jesuíticas guaranis durante o período colonial, com forte presença da Coroa espanhola e da ação missionária. Esses aldeamentos, articulados por jesuítas espanhóis e povos indígenas, estabeleciam núcleos de organização social e econômica que foram duramente combatidos por forças portuguesas e bandeirantes no século XVII e XVIII, criando um legado de conflitos e disputas territoriais.

No século XIX, a Guerra do Paraguai (1864–1870) se tornou um divisor de águas. Até então, a região onde se localiza Foz do Iguaçu pertencia ao território paraguaio. Após a derrota do Paraguai, o Brasil passou a exercer controle sobre a área, integrando-a oficialmente ao seu território. No entanto, a região permaneceu isolada e com baixa ocupação até o início do século XX.

Durante o governo de Getúlio Vargas, com a política da Marcha para o Oeste, a cidade começou a receber incentivos para a ocupação e integração nacional. A política visava povoar e desenvolver as fronteiras do Brasil, especialmente nas regiões Centro-Oeste e Sul. Em Foz do Iguaçu, isso se traduziu em intervenções públicas estratégicas, como a instalação de destacamentos militares e a criação de infraestrutura básica, visando à defesa territorial e ao controle das fronteiras com Paraguai e Argentina.

Outro marco decisivo foi a criação do Parque Nacional do Iguaçu em 1939, que consolidou a importância ambiental e turística da região. Com suas paisagens exuberantes e as famosas Cataratas do Iguaçu, o parque passou a integrar o imaginário nacional e internacional, posicionando a cidade como um polo de ecoturismo.

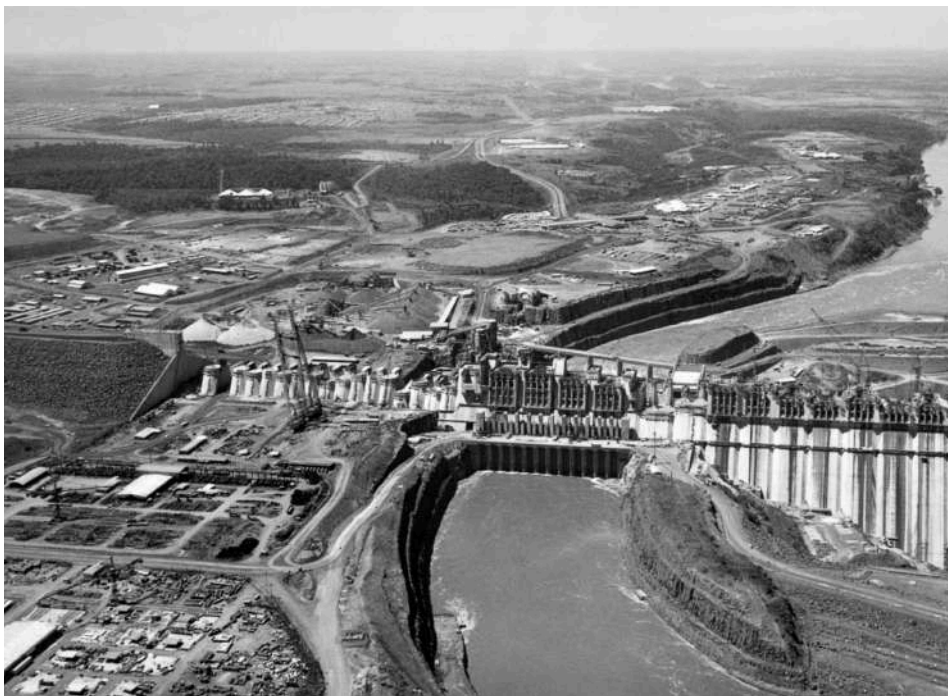
A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu foi um importante marco de modificação estrutural e social na região, iniciada na década de 1970, transformou definitivamente a cidade. O megaprojeto binacional entre Brasil e Paraguai impulsionou a urbanização acelerada de Foz do Iguaçu, provocando forte impacto demográfico, econômico e territorial. Itaipu atraiu milhares de trabalhadores, gerando a expansão da malha urbana, o surgimento de bairros periféricos e a reorganização da dinâmica socioespacial da cidade, consolidando Foz do Iguaçu como um território estratégico, tanto do ponto de vista geopolítico quanto energético.

Diante desse percurso, Foz do Iguaçu se tornou um polo multifuncional, com forte atuação no setor turístico, no comércio de fronteira e na logística internacional. A presença da tríplice fronteira, aliada à instalação de infraestrutura como o Aeroporto Internacional, o Porto Seco, o Parque Tecnológico Itaipu e a Ponte da Integração Brasil–Paraguai, consolidam a cidade como um dos principais vetores de desenvolvimento da região sul-americana. No entanto, a conformação desse espaço, centrada em interesses estratégicos e econômicos, não está isenta de contradições. O modelo urbano resultante reflete uma lógica de cidade vitrine e mercadoria, que reproduz desigualdades socioespaciais, limita o acesso democrático à cidade e reforça assimetrias históricas ligadas à exclusão de povos originários e populações vulneráveis.

Além do turismo, o comércio transfronteiriço tem um impacto significativo, especialmente em Cidade do Leste, que atrai compradores de diversos países em busca de produtos importados com preços mais competitivos. No entanto, essa dinâmica também está associada a desafios como contrabando, informalidade e disputas por controle alfandegário, o que gera tensões entre as políticas nacionais dos países. Culturalmente, a tríplice fronteira é um espaço de grande diversidade, marcado pela presença dos três países e imigrantes de diferentes partes do mundo, que contribui para um mosaico cultural único.

A região é um espaço de grande dinamismo e complexidade, onde as fronteiras nacionais se tornam zonas de intercâmbio e, ao mesmo tempo, de tensão. A relação entre estes países revela tanto oportunidades quanto desafios, exigindo políticas integradas. No caso do município de Foz do Iguaçu, onde há áreas naturais protegidas, a urbanização excessiva pode resultar na degradação ambiental e na redução da biodiversidade, prejudicando tanto a população quanto o próprio setor turístico, que depende da preservação da paisagem para atrair visitantes.

Figuras 22 - Usina de Itaipu em seu processo construção



Fonte: Foto de 1973: Bettmann Archive / Getty Images

Figuras 23 - Fragmento de notícia sobre Foz do Iguaçu

Foz do Iguaçu aparece em ranking das 140 cidades mais caras para se viver no mundo

A pesquisa considera gastos com moradia, transporte, alimentação, vestuário, saúde e lazer. Ou seja, todos os itens que impactam diretamente no dia a dia da população.

Fonte: Rádio Cultura Foz. 2025. Disponível em: <https://www.radioculturafoz.com.br/2025/07/24/foz-do-iguacu-aparece-em-ranking-das-140-cidades-mais-caras-para-se-viver-no-mundo/>

Figuras 24 - Fragmento de notícia sobre Foz do Iguaçu

REPORTAGEM ESPECIAL

Foz tem mercado imobiliário aquecido e aposta em condomínios verticais

Muitos edifícios estão sendo construídos para atender demanda por aluguéis de temporada

Fonte: Portal H2Foz. 2024. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/reportagem-especial/foz-do-iguacu-mercado-imobiliario-aquecido-condominios-verticais/>

Figura 25 - Fragmento de notícia sobre Foz do Iguaçu

BRASIL • MEIO AMBIENTE

Projeto de lei quer criar estrada no meio do parque onde ficam as Cataratas do Iguaçu, no Paraná

Proposta do deputado Vermelho (PSD-PR) fala em estimular o turismo no Parque Nacional do Iguaçu, mas ambientalistas dizem que região pode perder título de Patrimônio Natural Mundial

Cleide Carvalho
08/06/2021 - 06:00

Fonte: Portal O Globo. 2021. Disponível em: [https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/projeto-de-lei-quer-criar-estrada-no-meio-do-parque- onde- ficam-as-cataratas-do-iguacu-no-parana-25049915](https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/projeto-de-lei-quer-criar-estrada-no-meio-do-parque-onde- ficam-as-cataratas-do-iguacu-no-parana-25049915)

O Marco das Três Fronteiras, no lado brasileiro, constitui-se como um exemplo emblemático de como o espaço urbano pode ser transformado em atrativo turístico cenográfico. A narrativa construída no local prioriza uma encenação espetacularizada da história da região, com apresentações culturais, jogos de luzes e espetáculos coreografados que buscam atrair turistas e reforçar a lógica da cidade mercadoria. Contudo, ao privilegiar uma versão romantizada e homogênea do passado, o espaço invisibiliza a complexidade histórica do território e as populações que de fato o constituíram — como comunidades indígenas, imigrantes e trabalhadores fronteiriços.

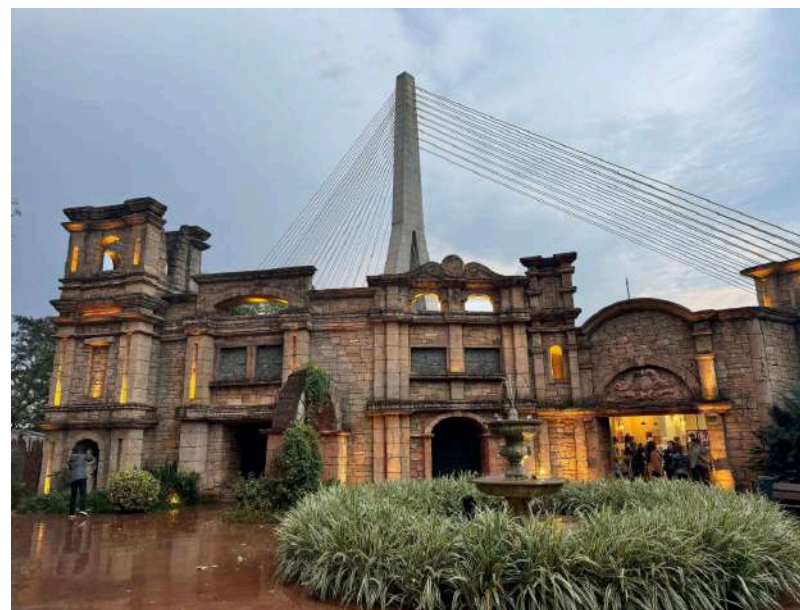
A problemática inicia-se ao local ser construído de maneira cenográfica relacionada as missões jesuítas, contando aos turistas através de pedras e plantas artificiais a história do território da tríplice, transformando a história local em um espetáculo mercantilizado. Nesse sentido, o Marco das Três Fronteiras opera como vitrine turística, reduzindo a história a um espetáculo de consumo e apagando as contradições sociais, culturais e políticas que atravessam a região trinacional.

À noite, as dinâmicas socioespaciais da fronteira se transformam, e a forma como o espetáculo é apresentado assume uma nova dimensão, que não é apenas histórica e cultural, mas também simbólica. Os bailarinos se tornam os protagonistas desse cenário, enquanto os visitantes permanecem na posição de meros espectadores.

Realizada ao redor do marco brasileiro, o espetáculo consiste na apresentação e diversas danças culturais que representam os países da tríplice (Argentina, Brasil e Paraguai), a qual envolve diversos bailarinos com figurinos temáticos e músicas tradicionais numa tentativa de representação cultural. No entanto, a narrativa construída nesses espetáculos não representa a realidade dos sujeitos que habitam esse território.

Os artistas reproduzem uma história desatualizada e distante do cotidiano real. Essa contradição se torna ainda mais evidente quando se observa a apropriação da cultura indígena ao transformá-lo num produto. A tradição, em vez de ser preservada, é reduzida a uma representação superficial, onde gestos e movimentos destoam dos verdadeiros significados da cultura indígena, esvaziando seu valor autêntico e transformando-a em um espetáculo comercializado para consumo turístico.

Figuras 26 e 27 - Marco das Três Fronteiras, obelisco do lado brasileiro



Fonte: Acervo Guia Melhores Destinos. Acesso em 28 de março de 2025. Disponível em: <https://guia.melhoresdestinos.com.br/marco-das-tres-fronteiras-foz-iguacu.html>



“ LLEVO MÁS DE DOS AÑOS Y NO ME FUI A LAS CATARATAS, ME HAN HABLADO DE TODOS ESTOS LUGARES Y LAS PISCINAS PERO NO SOBRA DINERO, SALARIO ES CORTO Y NO ALCANZA, TENGO QUE PAGAR OTRAS COSAS PARA LOS NIÑOS, LA COMIDA, LA ROPA Y ESO”

Alberto Carrera Colina, 52 años

Imigrou de Cuba para o Brasil, atualmente reside em Foz do Iguaçu.

No caso da tríplice fronteira, o resultado da espetacularização do território se apresenta de maneira mais violenta para parte da população, a qual a expulsão, por vezes, é silenciosa e com pouca resistência popular (Angileli, 2015 à 2020), a qual afeta a construção da memória coletiva. Um ponto importante da história local é justamente ligado a periferização pós um grande investimento anunciado: a Usina Hidrelétrica de Itaipu, a qual não só trouxe consequências no aumento de desigualdades sociais ao permitir visíveis separações de classe no território (criação das vilas de Itaipu) mas também trouxe um impacto ambiental significativo em prol do progresso e desenvolvimento no que se refere ao desaparecimento das Setes Quedas de Guaíra em outubro de 1982, sendo uma das maiores cachoeiras do mundo além da retirada forçada do povo indígena e a morte dos animais da fauna local. (Rubia da Silva. Uma cidade em silêncio: as memórias das Sete Quedas em Guaíra. 2023.)

Com o avanço das políticas urbanas voltadas à atração de investimentos e à internacionalização das cidades, observa-se um crescimento expressivo da parcela da população que não usufrui da promessa de desenvolvimento. Essa contradição evidencia uma lógica de planejamento urbano segmentado e excludente. Embora Cidade do Leste e Foz do Iguaçu apresentem cada vez mais planos e projetos voltados a investidores dos setores de logística, turismo, tecnologia, indústria e mercado imobiliário, persistem graves deficiências em aspectos fundamentais da vida urbana, como saneamento básico, mobilidade e moradia, este último principalmente, uma problemática urbana característica da região que acompanha a população local.

Dessa forma a cidade torna-se produto dos processos econômicos, sociais e culturais e cria estruturas para acolher essa demanda. O aumento do número de condomínios fechados reflete, em partes, a dinâmica de uma cidade turística de fronteira, que devido às disputas físicas e simbólicas nos seus territórios, intensificam ainda mais a segregação socioespacial já existente, fisicamente traduzidas no isolamento em muros altos, com cercas elétricas e arames farpados e ruas sem movimentação de pedestres. No contexto da cidade vitrine, os condomínios residenciais de alto padrão ocupam um papel central na composição da paisagem urbana como produto de consumo e símbolo de status. Esses empreendimentos não são apenas soluções habitacionais, mas verdadeiros produtos midiáticos que integram a narrativa de progresso, segurança e exclusividade que as cidades desejam projetar para atrair investimentos e consolidar sua imagem no mercado.

Foz caracteriza-se por ser uma cidade vitrine, para além da conveniente localização e dos dois emblemáticos grandes atrativos de caráter natural e de infraestrutura, a cidade passou a explorar a potencialidade turística de maneira que recebe grandes investimentos, empreendimentos e inaugura cada vez mais atrações, muitos que destoam da paisagem como verdadeiros espaços cenográficos e irreais cujo intuito é aumentar a permanência dos turistas e gerar maiores investimentos, porém é exigido que a infraestrutura da cidade, o diálogo com a população local e a mobilidade possam acompanhar estes avanços, o que muitas vezes não ocorre.

São anúncios como condomínios residenciais de alto padrão, shoppings, museus cenográficos como de carros, diversos parques temáticos, aquário, espaços de eventos, ampliação do aeroporto e implementação de novos voos diretos, novos eixos viários de conexão continental entre outros projetos que impactam diretamente a dinâmica da cidade e que estrategicamente diversos grupos.

A coexistência de áreas altamente valorizadas e equipadas com territórios marcados pela precariedade revela um processo de financeirização do espaço urbano, no qual o valor de troca sobrepõe-se ao valor de uso. Como consequência, surgem múltiplos bolsões de pobreza em meio a zonas de intensa especulação imobiliária e circulação de capital.

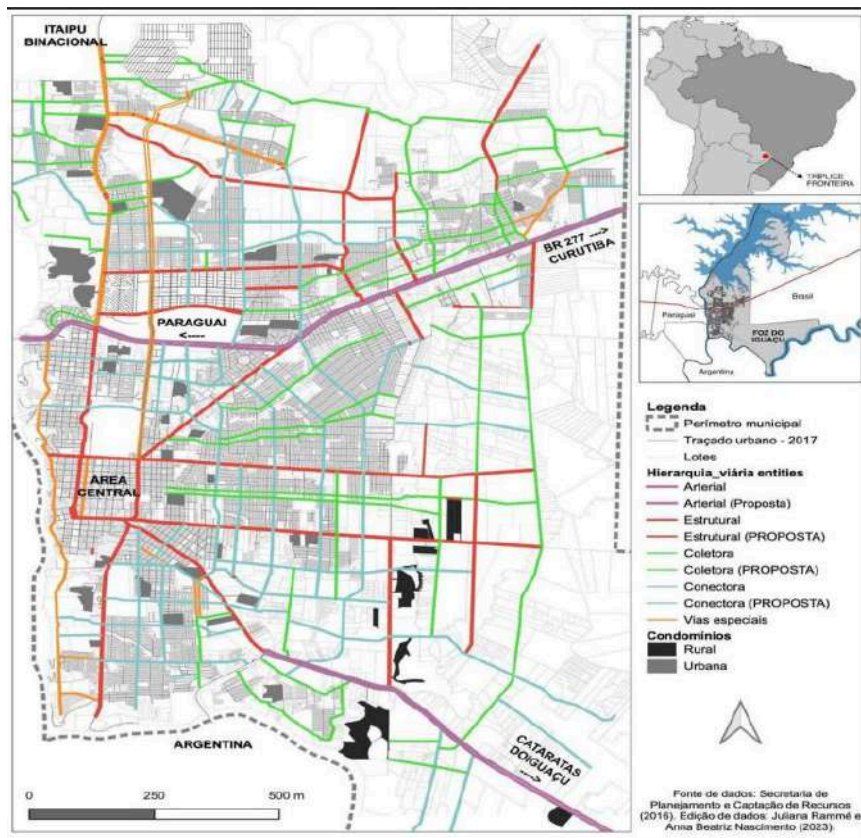
Esse contraste é ilustrado na imagem a seguir que apresenta o primeiro mapeamento integrado das favelas da região, confirmando a fragmentação socioespacial que caracteriza esse modelo de urbanização. Com arquitetura sofisticada, tecnologias de vigilância e infraestrutura autônoma, os condomínios de luxo reforçam a ideia de uma cidade funcional, moderna e voltada às elites, contribuindo para o fortalecimento da lógica mercantil do espaço urbano.

Contudo, esses novos produtos imobiliários também aprofundam a fragmentação socioespacial, pois delimitam fisicamente e simbolicamente fronteiras entre “quem pode” e “quem não pode” acessar certos territórios. Eles promovem a segregação urbana ao elevar os preços do solo ao redor e ao direcionar políticas urbanas para atender interesses privados, em detrimento da moradia acessível e do planejamento urbano inclusivo.

Nesse cenário, a cidade torna-se cada vez mais uma vitrine de consumo para poucos, enquanto as desigualdades são mascaradas por fachadas arquitetônicas e discursos de modernização que silenciam a exclusão e a precarização das maiorias urbanas.

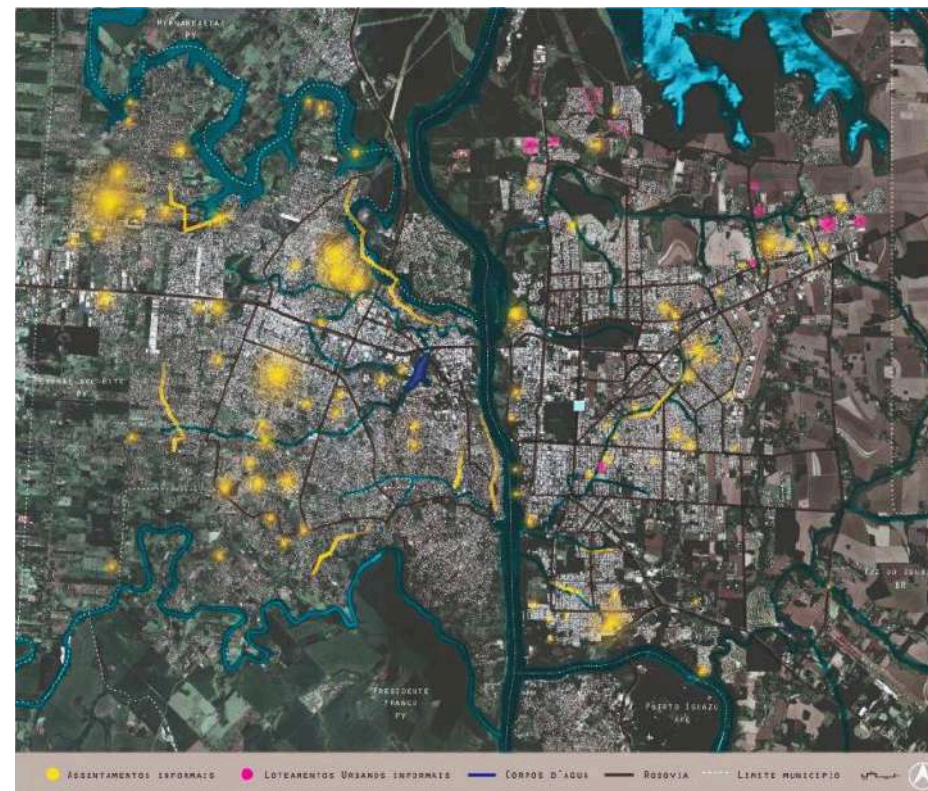
O mapa a seguir representa a inserção de condomínios aprovados até o ano de 2016 e seu impacto no traçado urbano no município de Foz do Iguaçu, a qual revela-se como um exemplo que as modificações no espaço são configuradas a partir dos interesses de mercado como resultado da expansão urbana, observa-se o fenômeno de inserção em escala deste modelo de empreendimento a qual sugere a coexistência de problemáticas ligadas aos grandes muros, como a insegurança, segregação e falta de integração à cidade.

Figura 28 - Inserção dos CHF's aprovados e implantados em Foz do Iguaçu até o ano de 2016 no Sistema Viário Básico a partir de Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos de Foz do Iguaçu (2016) e Lei Complementar 338/2020.



Fonte: NASCIMENTO, Anna Beatriz; RAMMÉ, Juliana; DE SOUZA, Mariana Barbosa. Impacto da implantação dos condomínios horizontais fechados em Foz do Iguaçu/PR pela ótica da urbanidade. COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional, v. 21, n. 1-jan./mar., p. 97-116, 2024.

Figura 29 - Mapa de favelas na fronteira entre Paraguai e Brasil a partir de dados da COHAPAR (2019)



Fonte: Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo, v. 1, n. 11, 2021.

As imagens a seguir representam alguns exemplos entre diversas atrações em crescente produção ao longo dos últimos anos, para além das belezas naturais, são em sua maioria cenários importados, artificializados e fantasiosos, que não dialogam diretamente com a identificação da população local e sugerem um afastamento social e econômico, ao serem implementados sob circunstâncias segregatórias. As luzes, som, estruturas colossais conquistam espectadores e impulsionam a ideia de cidade "que tem tudo" mas não contempla a todos.

Figura 31 - Show das águas promovidas pelo complexo de atrações Wonder Park.



Fonte: Website Wonder Park Foz. 2025.

Figura 32 - Show das águas promovidas pelo complexo de atrações Wonder Park.



Fonte: Reprodução Tripadvisor. 2025.

Figura 33 – Imagem do site Wonder Park promovendo o show de águas dançantes em Foz do Iguaçu com destaque para personagens e família.



Fonte: WONDER PARK. Disponível em: <https://wonderpark.com.br>. Acesso em: 02 julho 2025.

Figuras 25 -Título de notícia sobre a inauguração de um novo atrativo na cidade de Foz do Iguaçu

PRIMEIRO PARQUE FIXO Wonder Park inaugura novo parque de diversões no aniversário de Foz do Iguaçu

Fonte: Portal da Cidade. 2025. Disponível em: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/cidade/wonder-park-inaugura-novo-parque-de-diversoes-no-aniversario-de-foz-do-iguacu-4549#>



“NÃO VOU AOS LUGARES TURÍSTICOS. AS CATARATAS SÓ FUI HÁ MUITOS ANOS ATRÁS, EU TRABALHO MUITO E NÃO DÁ TEMPO E AS COISAS SÃO CARAS”

Ramona Sidor, doméstica, 48 anos

Imigrou do interior do Paraguai para Foz do Iguaçu.

A RETOMADA DA CIDADE ENQUANTO ESPAÇO DE VIDA

O processo de mercantilização das cidades, que transforma espaços urbanos em produtos destinados ao consumo e à especulação, intensifica desigualdades e exclui comunidades vulneráveis. No entanto, em meio a essa lógica excludente, emergem movimentos de ocupação que buscam ressignificar a cidade mercadoria, devolvendo-a àqueles que dela foram excluídos. Essas ações demonstram um importante movimento contínuo e insurgente, que desafia as estruturas do capital urbano. Ocupações culturais, artísticas e sociais são exemplos de resistência que reconfiguram o imaginário urbano ao transformar terrenos abandonados em hortas comunitárias, prédios vazios em moradias populares ou praças em espaços de cultura, reconstruindo a cidade como lugar de uso e não de troca. Essas práticas revelam que a cidade não é apenas um cenário de consumo, mas um espaço vivo, de convivência e criação coletiva.

No campo da antropologia urbana, o conceito de "fazer-cidade" é central para compreender como as pessoas, em suas práticas cotidianas, produzem e transformam o espaço urbano, indo além das análises estruturais e das infraestruturas físicas da cidade. Nesse sentido, "fazer cidade" envolve tanto a apropriação do espaço urbano pelas populações locais quanto às práticas institucionais que definem sua organização. Movimentos sociais, coletivos culturais, ocupações urbanas e formas de economia informal são exemplos de como diferentes grupos sociais constroem significados e usos alternativos para a cidade, desafiando a lógica da cidade mercadoria e propondo novas formas de pertencimento e sociabilidade. Assim, a cidade não é apenas um objeto passivo, mas um processo em disputa, onde diferentes narrativas e práticas competem para definir quem tem direito a habitar, ocupar e transformar o espaço urbano. Uma das frentes de disputa diante das fraturas de nossos tempos passa pela tarefa de imaginar uma cidade de uma maneira totalmente distinta daquela que se estandardiza por meio das formas do visível disponibilizadas pelas variadas instâncias administrativas e especuladores, do capital e do Estado. (LIMA, 2020).

Essa visão desafia a concepção tradicional da cidade como um espaço neutro, planejado e administrado exclusivamente por instituições governamentais e agentes do mercado, enfatizando que a cidade é constantemente construída e reconstruída por relações de poder, disputas territoriais e práticas culturais cotidianas.

O filósofo Henri Lefebvre, em *O Direito à Cidade* (1968), argumenta que a cidade não deve ser vista apenas como um conjunto de edificações e infraestruturas, mas como um espaço socialmente produzido, onde diferentes grupos lutam pelo direito de habitar, ocupar e transformar o território. Para Lefebvre, a produção do espaço urbano é um processo dinâmico, marcado por contradições entre aqueles que detêm o poder econômico e político e aqueles que reivindicam o direito à cidade como um espaço de uso e pertencimento. David Harvey, em *Cidades Rebeldes* (2012), amplia essa discussão ao demonstrar como a cidade se tornou um objeto de mercantilização, um espaço cada vez mais controlado por interesses corporativos e pelo capital global. No entanto, ele também ressalta que a cidade é um campo de resistência, onde movimentos sociais e coletivos urbanos disputam narrativas e práticas espaciais, buscando ocupar o espaço urbano de forma mais inclusiva e democrática.

Além disso, a noção de cidade como um campo de luta simbólica pode ser compreendida a partir da teoria de Pierre Bourdieu, que discute como os espaços urbanos são construídos por relações de poder e disputa por capital simbólico. As representações da cidade – promovidas pelo Estado, pelo mercado imobiliário ou pelos meios de comunicação – não são neutras, mas operam como estratégias de dominação e exclusão, ao mesmo tempo em que são contestadas por contra-narrativas vindas das periferias, dos movimentos sociais e das práticas culturais populares.

As cidades contemporâneas são marcadas por profundas desigualdades espaciais e sociais, nas quais as periferias frequentemente são relegadas à marginalidade, tanto no planejamento urbano quanto nas narrativas oficiais que moldam o imaginário urbano. No entanto, essas mesmas periferias emergem como territórios de resistência e criação cultural, desafiando os discursos hegemônicos que as estigmatizam.

Estas ações revelam-se importantes ferramentas de construção da identidade cultural da cidade, sobretudo por valorizar a produção artística local em uma cidade que ela compreende como cosmopolita. Ao mesmo tempo, reconhece as dificuldades enfrentadas, especialmente a precariedade do transporte público, que dificulta o acesso da população às atividades culturais descentralizadas.

A intenção, segundo os idealizadores, é que o movimento se expanda e, futuramente, se consolide como um verdadeiro festival de arte e cultura, gratuito, acessível e voltado para a comunidade. No entanto, ressalta a necessidade de apoio e recursos, dado que se trata de um coletivo independente que busca descentralizar a cultura e aproximar a população dos artistas da própria região.

Em relação ao preconceito, os membros relatam que, de forma velada, ainda há resistência por parte da população, especialmente no que diz respeito às manifestações de cultura afro-brasileira e afro-indígena. Em conversa com uma das organizadoras, relata uma situação em que o grupo Maracatu Alvorada Nova e Kaburé realizou uma apresentação na rua e acabou sendo alvo de vídeos preconceituosos e ofensivos divulgados por grupos de direita, revelando uma intolerância disfarçada, mas persistente, diante dessas expressões culturais.

O preconceito velado e explícito da população e de grupos conservadores locais contra manifestações culturais negras, indígenas e periféricas, especialmente quando ocorrem no espaço público, revela um processo de exclusão simbólica e racialização dos corpos e práticas que destoam da lógica dominante da cidade espetáculo.

Apesar das dificuldades, entende-se o movimento como um ato de resistência cultural. Como bem destaca a idealizadora, promover a arte local e popular em espaços públicos é uma forma de reivindicar o direito à cidade e ao acesso à cultura — não como privilégio, mas como um bem comum.

No texto *Cultura Periférica e Cidade*, de Angileli (2013), a autora destaca como as manifestações culturais periféricas não apenas reivindicam o direito à cidade, mas também ressignificam o espaço urbano, propondo novas formas de ocupação, pertencimento e produção simbólica.

O desenvolvimento da cultura periférica está intimamente ligado às condições materiais e sociais dos territórios em que se manifesta. Movimentos como o hip hop, o funk, o *slam* e o grafite surgem como formas de expressão e contestação à exclusão social e espacial, criando redes de solidariedade e identidade coletiva.

Angileli destaca que essas práticas culturais desafiam as narrativas dominantes que representam as periferias apenas como espaços de pobreza e violência. Em vez disso, essas manifestações transformam a periferia em um espaço de produção cultural ativa, onde as ruas, becos e praças se tornam palcos de expressão e luta.

Além de contestar a lógica excludente da cidade mercadoria, a cultura periférica também opera na construção de novos imaginários urbanos. Ao ocupar os espaços públicos e dar visibilidade a vozes historicamente silenciadas, esses movimentos promovem um processo de reapropriação simbólica da cidade. A periferia deixa de ser um "outro" marginalizado para se afirmar como sujeito central na construção da identidade urbana. Essa dinâmica desafia o modelo tradicional de planejamento urbano, que frequentemente ignora ou invisibiliza essas formas de expressão.

A luta pelo direito à cidade não se limita a demandas por infraestrutura e serviços públicos; ela também envolve o direito à memória, à cultura e à participação ativa na construção do espaço urbano. As práticas culturais periféricas evidenciam que a cidade não é apenas um território de circulação e consumo, mas um espaço vivo, carregado de significados e disputas simbólicas. Assim, a cultura periférica se apresenta como uma ferramenta fundamental para a democratização da cidade. Ao reivindicar espaços, criar novas narrativas e fortalecer identidades, ela desafia as estruturas de poder que segregam e mercantilizam o espaço urbano.

Portanto, a cidade não é apenas um espaço físico e institucional, mas um território de disputa permanente, onde diferentes atores sociais, políticos e culturais constroem e reconstróem seus significados, usos e apropriações. As lutas urbanas evidenciam que o espaço urbano é um campo de tensões e negociações, onde o direito à cidade se torna uma reivindicação central na busca por justiça social e inclusão.



“ EU TINHA UNS TIOS QUE FORAM MORAR EM SÃO PAULO E QUANDO VINHAM PARA CÁ DE FÉRIAS, ELES VINHAM COM UMA ROUPA MELHOR, UM SAPATO, LEVAVA UMA ROUPINHA PRA GENTE E ISSO FOI ME INFLUENCIANDO COLOCANDO NA MINHA CABEÇA QUE SERIA O MELHOR PARA MIM, A GENTE VIA NA TELEVISÃO TODAS AQUELAS COISAS E ACHAVA QUE PODIA SER MELHOR”

Fábio Silva Furtado, pedreiro, 42 anos

Migrante vindo do Maranhão, residente em São Paulo

MOVIMENTOS DE CULTURA URBANA

O imaginário urbano também é território de disputa. Coletivos culturais, movimentos sociais, artistas e populações marginalizadas produzem contra-imaginários, reapropriando símbolos, recontando memórias e tensionando as representações instituídas. Essa disputa simbólica revela a potência das práticas culturais urbanas como forma de resistência e reconfiguração do espaço. As poesias, o hip hop, os grafites, os saraus, as festas e as ocupações culturais são exemplos de como o simbólico também pode ser ferramenta de enfrentamento às lógicas de silenciamento e exclusão.

A crescente privatização do espaço urbano resulta em áreas públicas convertidas em espaços controlados por interesses privados resultando em uma exclusão social e espacial, onde o acesso a certos espaços é restrito a classes privilegiadas. Para o autor Carlos Vainer, resistir à cidade mercadoria significa reivindicar o direito à cidade como um espaço de uso coletivo, de participação democrática e de produção de novas formas de sociabilidade.

Diante do cenário de dinâmicas capitalistas que moldam as cidades contemporâneas, percebe-se movimentos de resistência e lutas sociais que emergem contra a mercantilização das cidades. Estes movimentos sociais urbanos buscam reverter as políticas excludentes e defender o direito à habitação, ao transporte público e ao espaço urbano democrático. A cidade também é um lugar de construção de identidade e cultura. As práticas culturais, como festivais, manifestações artísticas e culturais, são parte essencial do processo de "fazer-cidade". Elas ajudam a formar uma relação emocional, de identidade e simbólica com o espaço urbano, promovendo sentidos de pertencimento e resistência.

Memória e identidade de uma comunidade são elementos do patrimônio cultural. O conjunto desses bens, materiais ou intangíveis, confere identificação a indivíduos e grupos sociais que compartilham processos comuns de vivências, experiências, histórias e interações humanas em certo pedaço territorial. Em Foz do Iguaçu, o direito à memória e a promoção da riqueza do diverso são negligenciados pelas políticas públicas municipais. Isso ocorre apesar de haver lei específica em vigência há sete anos – norma que alterou outra, criada em 1990 –, que estabelece mecanismos para a proteção do Patrimônio Cultural, Histórico, Artístico e Ambiental da cidade.

Figura 35 – Mural comunitário na horta da Associação das Mulheres de Paraisópolis, refletindo a participação dos moradores e iniciativas locais.



Fonte: ARCHDAILY BRASIL. Paraisópolis ganha horta comunitária com apoio de moradores. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/874204/paraisopolis-ganha-horta-comunitaria-com-apoio-de-moradores>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Figura 36 – Sarau da Cooperifa - movimento cultural e sarau literário que nasceu na periferia de São Paulo



Fonte: Acervo Periferia em Movimento. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/saraucooperifa112022>

A CIDADE DO CONSUMO



Figura 45 – Mapa da rota turística de Foz do Iguaçu.

Fonte: Reprodução Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu. S/D.

PRODUTO CULTURAL FRONTEREÇO



Figura 46 – Trilha cultural de Foz do Iguaçu.
Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Em Foz do Iguaçu, a vida cultural se desenha em dois planos distintos, mas interligados: de um lado, os atrativos turísticos mundialmente reconhecidos, como as Cataratas do Iguaçu e a Itaipu Binacional, além dos grandes espaços voltados ao consumo e ao espetáculo; de outro, os movimentos de cultura urbana produzidos pela população local, que ocupam praças, ruas, bibliotecas comunitárias e centros culturais independentes. Essas práticas revelam que a cidade não pode ser reduzida à lógica de vitrine turística, mas deve ser compreendida como espaço de múltiplos usos e sentidos, tal como propõe Lefebvre (2001) ao afirmar o direito à cidade como direito de criação e apropriação do espaço urbano.

Enquanto os investimentos públicos e privados privilegiam o turismo internacional e os grandes empreendimentos, esses movimentos culturais apontam para outra dimensão: a do território como espaço de convivência, expressão e memória. Nessa perspectiva, a valorização e o incentivo da arte e cultura locais tornam-se fundamentais para fortalecer artistas independentes e coletivos comunitários, além de combater desigualdades históricas que se refletem na segregação socioespacial. Como destaca Rolnik (2015), a mercantilização da cidade subordina o planejamento urbano aos interesses do capital, mas as resistências culturais e sociais emergem como alternativas que reafirmam a centralidade do sujeito e da coletividade.

No contexto fronteiriço, onde convivem diferentes línguas, etnias e trajetórias migratórias, a cultura urbana popular assume papel estratégico na ressignificação do espaço público e na ampliação do sentimento de pertencimento. Essa disputa simbólica remete ao que Vainer (2013) denomina “cidade mercadoria”, em que o espaço urbano é transformado em produto, mas também evidencia que a resistência se materializa nas práticas cotidianas, produzindo contraimaginários que questionam a lógica hegemônica. Nesse sentido, a reflexão de Milton Santos (2002) é fundamental: a cidade capitalista cria “espaços luminosos”, voltados à circulação do capital e ao espetáculo, e “espaços opacos”, invisibilizados e marginalizados. Os movimentos culturais de Foz do Iguaçu, ao ocupar e revalorizar os espaços opacos, desafiam a hierarquia imposta pelo capital e produzem novas formas de sociabilidade urbana. Os movimentos sinalizados em diversos pontos da cidade de Foz do Iguaçu no mapa anterior, demonstram que apesar da dinâmica fronteiriça “empurrar” uma lógica de mercado, há uma insurgente demonstração de resistência política e social, capaz de abrir fissuras na lógica dominante da cidade mercadoria.

Em contextos marcados por desigualdades e exclusões, esses movimentos produzem o que Suely Rolnik (2018) chama de “esferas de insurreição”, ou seja, espaços nos quais a vida escapa das capturas do mercado e afirma sua potência criadora e coletiva. Desta forma, os movimentos de cultura urbana constituem não apenas manifestações artísticas, mas também práticas de resistência que democratizam o acesso à cidade, ampliam o direito à cultura e contribuem para reduzir desigualdades.

É nesse cenário que os movimentos culturais locais, como os saraus, batalhas de rima, apresentações de dança e música, feiras solidárias e grupos artísticos comunitários, tornam-se práticas insurrecionais. Eles resistem à captura mercadológica ao afirmar experiências que não podem ser reduzidas à lógica do consumo, ao mesmo tempo em que produzem novas formas de sociabilidade, pertencimento e reconhecimento.

Ao ocupar espaços públicos e dar visibilidade a narrativas imigrantes, periféricas, negras, indígenas, femininas e LGBTQIAP+, esses movimentos materializam uma política microlocal de resistência. Para Rolnik, essa micropolítica é fundamental, pois atua na dimensão sensível da vida, onde se produzem subjetividades e se constroem imaginários. Nesse sentido, os movimentos culturais não apenas oferecem acesso à arte e cultura, mas transformam a forma como a cidade é vivida e percebida, criando fissuras nos discursos hegemônicos que invisibilizam ou marginalizam populações inteiras. A produção de movimentos culturais locais exemplificam essa perspectiva, pois ressignificam o urbano a partir da experiência de quem vive as margens.

Assim, os movimentos culturais locais devem ser entendidos como práticas de justiça social, pois contribuem para reduzir desigualdades, fortalecer identidades e criar espaços de convivência democrática. Ao invés de reforçar o imaginário urbano da cidade vitrine — voltado a turistas, investidores e a classe alta — eles constroem imaginários de resistência, de memória e de pertencimento. São, portanto, expressões de uma vida “não cafetinada” (ROLNIK, 2018), que insiste em criar outros mundos possíveis dentro do território urbano.

RIMANDO O ESPAÇO URBANO CULTURA MARGINAL COMO PRODUÇÃO DE CIDADE

Dentre os movimentos e expressões de arte e cultura no território da tríplice, encontram-se diversas danças, músicas, instrumentos, poesias, arte; estas manifestações resgatam tradições e também as reconstruem, contribuindo com o processo de retomada do território. Além disso, ao viver um processo incessante de recriação da cultura, criam espaços públicos transformadores em que se reconhecem. No caso de grupos marginalizados, observamos manifestações de arte e cultura através das “batalhas de rap” realizadas em praças, pistas de skate e parques. São culturas emergentes e em suas práticas de apropriação do território e dos meios de comunicação locais mostram-se de grande potencial por subverterem taticamente a hegemonia cultural (Serpa, 2007), principalmente por ocuparem os espaços públicos, em especial as ruas.

Conhecida como “batalhas”, o movimento é um importante movimento cultural protagonizado por jovens principalmente nos bairros periféricos da cidade que trazem a cultura do hip-hop e da vivência urbana, expressando-se e fazendo arte por meio das rimas. Este evento representa um encontro emblemático entre jovens que celebram a cultura das ruas e serve como um exemplo de resistência dentro da cidade. Eles ocupam um espaço frequentemente negado pela sociedade ao se apropriarem de espaços públicos para expressar sua arte. Isso marca um relevante movimento social em prol da cultura, lazer, arte e do direito à cidade desses jovens, muitas vezes confrontados pelo preconceito de classe e raça. No município de Foz do Iguaçu, o principal movimento intitula-se “Rimando Front” que recentemente, após alguns anos de existência, conquistou apoio do setor público cultural através de um edital de incentivo a arte e cultura. As batalhas ocorrem em espaços públicos como praças e pistas de skate, em vários bairros periféricos da cidade ou locais pouco visíveis pela administração pública como é o caso da Praça da Marinha próxima a favela do Monsenhor Guilherme, que embora esteja no centro, é isolado por barreiras simbólicas de preconceito, abandono político e insegurança. Com a rima, o ritmo e a expressão do hip-hop, a batalha é um duelo narrativo e de improviso entre MCs, os mestres de cerimônias, sobre a base sonora do DJ. Esse jogo de ideias rimadas expressa, conhecimento, crítica, visões de mundo, humor e ironia.

Historicamente é uma importante vertente do hip-hop; e hoje, uma das suas forças mobilizadoras em médias e grandes cidades sendo um importante movimento de representação, reforço de identidade e reivindicação do espaço e direito à cidade.

Figura 37 – Apresentação de rapper durante o evento “Batalha da Pista” na Praça Pública em Foz do Iguaçu, com público presente.



Fonte: H2FOZ. Foz: o que fazer - Batalha da Pista Rap Praça Pública.2024. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/planeta-foz/foz-o-que-fazer/batalha-da-pista-rap-praca-publica-foz-do-iguacu/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Figura 38 – Foto em grupo dos participantes do evento “Batalha da Pista Foz” realizada em Foz do Iguaçu.



Fonte: BATALHA DA PISTA FOZ. Publicação no Instagram, 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DleSnhRO9k/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MANGARÁ FUNDAÇÃO E CAMINHOS DE UM COLETIVO CULTURAL EM FOZ DO IGUAÇU

Em conversa com uma das idealizadoras do coletivo Mangará e envolvida com movimentos de arte e cultura do município de Foz do Iguaçu, Mayara Brecher, ela explica que sua trajetória com a cultura e os movimentos artísticos começou em 2010, quando conheceu, em Santa Catarina, um grande festival de multiartes. Na ocasião, estava acompanhada por dois amigos, Plínio e Elen, com quem, anos mais tarde, viria a fundar o coletivo. Seu envolvimento com a cultura se intensificou em 2013, quando passou a participar do grupo Maracatu Alvorada Nova, e, a partir daí, envolveu-se em diversas outras iniciativas. Entre elas, destacam-se o coletivo Flores da Fronteira, formado por mulheres artesãs, a organização de feiras culturais aos domingos e oficinas gratuitas, sempre baseadas nos saberes compartilhados pelos participantes. Os temas giravam em torno de arte, cultura, yoga, artesanato, sustentabilidade e meio ambiente — pilares que se tornaram fundamentais em sua atuação cultural.

Em 2014, participou da criação da Feira Livre de Troca da Tríplice Fronteira, promovendo o uso consciente e a economia solidária. E em 2018, fundou a Casa Florir, um espaço idealizado para funcionar como ponto de encontro cultural. Lá, passou a oferecer aulas de yoga, oficinas e atividades voltadas à arte e ao fortalecimento comunitário, buscando sempre ocupar a rua como espaço de convivência e expressão.

Durante a pandemia da COVID-19, o setor cultural foi fortemente impactado pela limitação das atividades presenciais e da interação social, o que dificultou a continuidade de muitas ações. No entanto, no final de 2021, surgiu uma nova proposta: criar um coletivo que desse visibilidade aos artistas locais.

Nascia então o coletivo Mangará com o objetivo de desenvolver ações artísticas e culturais de forma independente, tendo como projeto central o Sarau Primavera nos Dentes, inspirado nos festivais multiarte vivenciados por Mayara no passado. A proposta é reunir artistas da cidade, priorizando a música autoral e a cultura popular de tradição, em eventos que acontecem em espaços públicos abertos, com fácil acesso por transporte público

Estas ações revelam-se importantes ferramentas de construção da identidade cultural da cidade, sobretudo por valorizar a produção artística local em uma cidade que ela compreende como cosmopolita.

Ao mesmo tempo, reconhece as dificuldades enfrentadas, especialmente a precariedade do transporte público, que dificulta o acesso da população às atividades culturais descentralizadas. A intenção, segundo os idealizadores, é que o movimento se expanda e, futuramente, se consolide como um verdadeiro festival de arte e cultura, gratuito, acessível e voltado para a comunidade.

No entanto, ressalta a necessidade de apoio e recursos, dado que se trata de um coletivo independente que busca descentralizar a cultura e aproximar a população dos artistas da própria região. Em relação ao preconceito, os membros relatam que de forma velada, ainda há resistência por parte da população, especialmente no que diz respeito às manifestações de cultura afro-brasileira e afro-indígena.

Em conversa, relata uma situação em que o grupo Maracatu Alvorada Nova e Kaburé realizou uma apresentação na rua e acabou sendo alvo de vídeos preconceituosos e ofensivos divulgados por grupos de direita, revelando uma intolerância disfarçada, mas persistente, diante dessas expressões culturais.

O preconceito velado e explícito da população e de grupos conservadores locais contra manifestações culturais negras, indígenas e periféricas, especialmente quando ocorrem no espaço público revela um processo de exclusão simbólica e racialização dos corpos e práticas que destoam da lógica dominante da cidade espetáculo

Apesar das dificuldades, entende-se o movimento como um ato de resistência cultural. Como destaca a idealizadora, promover a arte local e popular em espaços públicos é uma forma de reivindicar o direito à cidade e ao acesso à cultura, não como privilégio, mas como um bem comum.

Figura 39 e 40 – Apresentação cultural durante a 8ª edição do Sarau Primavera nos Dentes, evento pré-carnaval em Foz do Iguaçu.



Figura 41 e 42 – Apresentação cultural durante a 8ª edição do Sarau Primavera nos Dentes, evento pré-carnaval em Foz do Iguaçu.



Fonte: 100 FRONTEIRAS. Sarau Primavera nos Dentes – 8ª edição pré-carnaval. Disponível em: <https://100fronteiras.com/foz-do-iguacu/noticia/sarau-primavera-nos-dentes-8a-edicao-precarnaval/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Fonte: Ellen Kikle, reprodução Coletivo Mangará, 2024.

SLAM DE LA FRONTERA- POESIA, RESISTÊNCIA E PERTENCIMENTO COMUNITÁRIO

O Slam de La Frontera surgiu como uma iniciativa de poesia falada e resistência cultural na cidade de Foz do Iguaçu, com suas primeiras edições realizadas em 2019, no bairro Vila C Velha. Contudo, foi a partir de 2022, com a retomada das atividades presenciais pós-pandemia, que o movimento ganhou nova força e encontrou um local que favorecesse o acolhimento e a integração com a comunidade: a Biblioteca Comunitária do bairro Cidade Nova.

A proposta de ocupação desse novo espaço teve início a partir de uma conversa com uma das principais representantes da comunidade local, Elza. A primeira edição realizada na biblioteca contou com uma programação diversificada que incluiu oficinas de poesia e escrita, apresentações de dança, discotecagem com DJ e a tradicional batalha de poesia, marcando um novo ciclo de fortalecimento do Slam. Desde então, a maioria das edições passou a acontecer nesse espaço, que se revelou fértil para o encontro entre arte, literatura e engajamento social.

O público que participa majoritariamente dessas atividades é formado por moradores do próprio bairro Cidade Nova, a maioria estudantes, o que contribui para um vínculo direto entre a arte e a realidade cotidiana da comunidade. O Slam também passou a articular parcerias com iniciativas culturais e feiras solidárias locais, ampliando sua rede de atuação e apoio.

Antes de ocupar a biblioteca, os encontros do Slam aconteciam ao lado de um mercado do Bairro Vila C, espaço onde os participantes frequentemente não se sentiam acolhidos. Isso porque o perfil do público era composto, em grande parte, por estudantes universitários, mulheres e pessoas não-binárias, o que muitas vezes gerava olhares atravessados ou julgamentos por parte de alguns transeuntes. A mudança de local, portanto, não foi apenas uma questão logística, mas uma necessidade simbólica e política de tornar o movimento mais visível, integrado e acolhedor para toda a comunidade, sem distinção.

A importância do Slam da Fronteira reside em sua capacidade de promover o acesso à poesia marginal, à literatura periférica e à escuta sensível de vozes que muitas vezes são silenciadas. Os encontros se transformaram em espaços de manifestação artística, política e subjetiva, onde temas como identidade de gênero, sexualidade, racismo e outras formas de violência estrutural são abordados por meio da palavra poética. A poesia, nesse contexto, não é apenas expressão estética, mas também denúncia, desabafo, memória e reconstrução.

Além de dar visibilidade a essas pautas, o Slam também atua como ponte de acesso à própria biblioteca comunitária. Muitas pessoas chegam ao espaço motivadas pelos encontros poéticos e, a partir disso, passam a conhecer o acervo, os projetos e as possibilidades de formação e convivência oferecidas ali.

A Biblioteca Comunitária do Cidade Nova, onde o Slam hoje acontece, é um espaço construído e gerido por membros da própria comunidade há cerca de quinze anos. Reconhecida por sua trajetória de resistência e fortalecimento do território, ela passou a ganhar maior projeção por meio de projetos de extensão universitária e parcerias com outros coletivos. Estar nesse espaço representa, para os organizadores do Slam, o reconhecimento da biblioteca como potência cultural e símbolo de resistência comunitária, sendo, inclusive, a única biblioteca comunitária da cidade.

Assim, o Slam da Fronteira reafirma a arte como linguagem de transformação social, construindo um território de escuta, visibilidade e afirmação identitária — tanto para os artistas quanto para o público. Um movimento que ocupa não apenas o microfone e o palco, mas o espaço urbano e simbólico da cidade, promovendo o direito à cultura, à fala e ao pertencimento.

Figura 43 – Apresentação artística do SLAM em espaço público



Fonte: SLAM DE LA FRONTERA. Perfil oficial no Instagram. Publicação em: 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdBWAsxgqN7/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

Figura 44 – Atividade do SLAM na segunda edição realizada na Biblioteca Comunitária



Fonte: SLAM DE LA FRONTERA. Perfil oficial no Instagram. Publicação em: 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CdBWAsxgqN7/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é produzido de forma desigual, atravessado por interesses econômicos, culturais e políticos que, por meio de imagens e discursos, moldam a percepção coletiva sobre o que é ou deve ser uma cidade.

A partir da articulação dos conceitos de cidade espetáculo, cidade vitrine e cidade mercadoria, observou-se que os imaginários dominantes transformam o urbano em produto, apagando conflitos e desigualdades em favor de uma imagem vendável, turística e esteticamente controlada. Tal processo promove a valorização de áreas específicas, em detrimento de outras, e reforça modelos eurocêntricos e excludentes de planejamento urbano, aprofundando a segregação socioespacial.

Em contraponto, a pesquisa buscou valorizar experiências locais e periféricas de ressignificação urbana, observadas especialmente em coletivos culturais. Esses movimentos, ao ocuparem espaços públicos com arte, cultura e práticas comunitárias, constituem formas de resistência simbólica e material à lógica da cidade como mercadoria, reconfigurando os usos e significados do espaço urbano. Tais práticas demonstram que a cidade não é apenas aquilo que é projetado institucionalmente, mas também aquilo que é vivido, construído e disputado no cotidiano, por sujeitos coletivos e experiências plurais.

Outro aspecto importante é a ênfase na dimensão comunicacional e estética da cidade, ligado aos discursos visuais, presentes em novelas, filmes, séries, mídias sociais, moldam o imaginário urbano e influenciam diretamente o comportamento dos sujeitos, suas práticas espaciais e suas expectativas de pertencimento e sucesso. Essa abordagem interdisciplinar, que articula urbanismo, cultura e comunicação, permite compreender a cidade como um território simbólico, onde se travam batalhas não apenas materiais, mas também narrativas.

Como contribuição para o campo dos estudos urbanos, este trabalho reforça a importância de pensar o urbano não apenas como objeto físico, mas como espaço simbólico e disputado. Compreender as imagens que circulam sobre a cidade é essencial para desvelar os mecanismos de exclusão e poder que operam na construção do espaço e na definição de quem pertence ou não ao território.

.Disputar o imaginário urbano é, também, disputar o direito à cidade. Reconhecer as vozes, práticas e saberes historicamente marginalizados é essencial para a construção de cidades mais justas, plurais e democráticas. A pesquisa evidencia a dimensão simbólica e discursiva do espaço urbano, muitas vezes negligenciada pelas abordagens exclusivamente econômicas. Ao considerar que a cidade não é apenas um território físico, mas também um objeto cultural e simbólico em constante disputa, ampliando as possibilidades analíticas sobre o modo como o urbano é produzido, representado e apropriado socialmente.

Por fim, espera-se que o debate sobre a urbanização brasileira ao considerar os impactos da colonialidade do saber e do poder na produção dos modelos urbanos. Ao criticar a imposição de cidades pensadas a partir de referenciais eurocêntricos, que ignoram saberes locais e reproduzem lógicas excludentes, o trabalho contribui para uma leitura decolonial do urbano, fundamental para a construção de políticas mais inclusivas e democráticas.

REFERÊNCIAS

ANGILELI, Cecília Maria Machado et al. A cidade-mercadoria interiorana fronteiriça. *Projectare: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 11, 2021.

ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado; SANDEVILLE JR, Euler. ST6-876 Cultura Periférica e Cidade. *Anais ENANPUR*, v. 15, n. 1, 2013.

AS TRANSFORMAÇÕES NA CIDADE REPRESENTADAS NAS HISTÓRIAS EM QUADRINHOS: CHICAGO VISTA POR CHRIS WARE. *VIRUS*, São Carlos, n. 9 [online], 2013. Acesso em: 14 fev. 2024.

CARLOS, Ana. Segregação socioespacial e o "direito à cidade". *GEOUSP* (online), São Paulo, v. 24, n. 03, p. 412-424, set./dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LIRA, Pablo Silva. Cidades Virtuais: a inovação no processo de ensino aprendizagem universitário com a utilização do jogo SimCity. *ETD* [online], 2017, vol. 19, n. 2, p. 32-549. ISSN 1676-2592.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo - Segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 1ª edição, 23 jun. 2005.

MENDES, Camila Faccioni. Paisagem urbana: uma mídia redescoberta. São Paulo: Senac, 2017.

MOREIRA DA SILVA, Rubia Primo. Uma cidade em silêncio: as memórias das Sete Quedas em Guaira. 2023.

NASCIMENTO, Anna Beatriz; RAMMÉ, Juliana; DE SOUZA, Mariana Barbosa. Impacto da implantação dos condomínios horizontais fechados em Foz do Iguaçu/PR pela ótica da urbanidade. *COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 1, jan./mar. 2024, p. 97-116.

NEHRING, Marta Moraes. São Paulo no cinema: a representação da cidade nos anos 1960. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-05072009-215958/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

PASTERNAK, Suzana. São Paulo: transformações na ordem urbana. São Paulo: Letra Capital Editora LTDA, 2015.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

ROLNIK, Suely. Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada. n-1 edições, 2019.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: Planejamento da Desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1994

TORRES, Haroldo da Gama et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, v. 17, p. 97-128, 2003.

VIEIRA, Marina Cavalcante. Notas metodológicas: por uma etnografia urbana dos quadrinhos. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 12, n. 142, p. 20-26, 2013.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, v. 25, p. 37-58, 2011.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. Studio nobel, 1998.

WALDMAN, Maurício. O Desafio das Megacidades. São Paulo (SP), 2009. Artigo eletrônico disponibilizado a partir de outubro de 2009 na Coluna do Waldman do site Cultura Verde.

